

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*

Maristella de Azevedo Brito **
Ney Rodrigues Innocencio **

O RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA DA REGIÃO CENTRO-SUL

Um dos traços marcantes da agricultura do Centro-sul do Brasil é a modernização do processo produtivo que aí vem ocorrendo nas últimas décadas e que foi particularmente acentuada durante os anos 70, sobretudo, em conseqüência do estímulo representado pela concessão de crédito rural subsidiado. Tal processo de modernização, porém, ocorreu de maneira bastante diferenciada no espaço regional, contribuindo para acentuar contrastes entre estados e entre sub-regiões, no que diz respeito à organização agrária. Merecem destaque, por exemplo, as diferenças que se observam entre os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, as quais estão relacionadas, em grande parte, aos diferentes graus de articulação da agricultura com o grande capital in-

dustrial, comercial ou financeiro. Enquanto em São Paulo constatou-se uma intensa penetração do capitalismo na zona rural, no Rio de Janeiro essa penetração foi muito menos significativa, quer no sentido de sua atuação direta no processo de produção, quer através de sua atuação na comercialização dos produtos agropecuários e no fornecimento de insumos à agricultura.

Alguns dados referentes aos estados do Centro-sul (Tabela 1) permitem captar diferenças internas significativas quanto à organização da agricultura nessa região, especialmente no que concerne ao grau de modernização do processo produtivo e às relações de trabalho dominantes no setor agrário. Quanto ao grau de modernização do processo produtivo, expresso pelos dados referentes ao uso de máquinas e insumos modernos na agricultura, o Rio de Janeiro se encontra numa posição bastante inferior à de São Paulo e às dos estados sulinos, nos quais os estreitos vínculos da agricultura com as indústrias fornecedoras de bens ao setor

* O presente trabalho contou com a elaboração de diversos técnicos do Departamento de Geografia: Angelo Jorge Pereira da Silva, Eicy de Assis e Silva e Francisco Felipe Filho participaram da fase de elaboração de tabelas e desenhos preliminares de gráficos e mapas; Pedro Marçílio da Silva Leite, Paulo Alonso foram responsáveis pelo desenho definitivo das ilustrações.

Recebido para publicação em 8 de dezembro de 1987

** Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE

TABELA 1

POSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO CENTRO-SUL QUANTO A ALGUNS INDICADORES REFERENTES À ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	INDICADORES REFERENTES À ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (1)					
	Valor dos bens em máquinas e instrumentos agrários por 100 hectares de estabelecimentos agropecuários	Valor das despesas com insumos modernos nos por 100 hectares de estabelecimentos agropecuários (2)	Porcentagem de assalariados sobre o número total de pessoas ocupadas na agricultura	Valor da produção agropecuária por pessoa ocupada na agricultura	Valor da produção agropecuária por 100 hectares de estabelecimentos agropecuários	Porcentagem de área dos estabelecimentos agropecuários sobre a área total das Unidades da Federação
Rio de Janeiro	145,45	45,98	34,91	98,78	936,72	73,46
Minas Gerais	95,47	44,18	34,52	86,28	425,17	70,58
Espírito Santo	106,65	69,91	28,33	84,17	774,49	83,30
São Paulo	439,61	223,96	48,27	213,34	1 456,58	81,52
Paraná	428,20	178,51	21,22	107,11	1 182,11	82,29
Santa Catarina	325,70	78,45	10,66	105,54	1 181,60	78,97
Rio Grande do Sul	322,68	135,62	12,87	124,24	916,86	89,93
Mato Grosso do Sul	75,41	27,89	42,14	230,38	173,09	87,70
Goiás	54,42	19,66	32,33	105,10	171,48	74,53

FONTE — IBGE — Censo Agropecuário — 1980

(1) Para a construção dos variáveis que envolvem valor monetário, utilizou-se Cr\$ 1 000,00

(2) Foram considerados insumos modernos: adubos, corretivos, sementes mudas e defensivos agrícolas

agrário e, também, com as indústrias de transformação de matérias-primas agrícolas concorreram para que se operassem profundas transformações na base técnica da produção agropecuária.

Tendo em vista que as transformações na base técnica do processo produtivo freqüentemente ocorrem associadas a modificações nas relações de trabalho, seria possível supor que os estados da Região Sul, que atingiram nível elevado de modernização da produção agrária, tivessem passado a registrar, também, maior participação de assalariados no desenvolvimento dos trabalhos agrícolas. Entretanto, o que se verifica é que os estados sulinos mantêm uma agricultura realizada com participação significativa de trabalho familiar, dado o caráter do processo de ocupação de grande parte do território regional, que teve origem na colonização européia e se desenvolveu com base na pequena produção familiar. Já o Rio de Janeiro, que não se salienta quanto à modernização do processo produtivo, apresenta percentual relativamente elevado de trabalhadores assalariados, o que pode ser atribuído ao papel que assumem, em diversas das atividades dominantes no estado — tais como a pecuária, a produção canieira e a produção citrícola —, as grandes unidades produtoras que absorvem quantidade significativa de empregados, contratados em caráter permanente ou temporário

Ao se considerar a relação entre o contingente de pessoas ocupadas na agricultura e o valor da produção agropecuária, constata-se que o Rio de Janeiro figura entre os estados do Centro-sul onde é mais baixo o valor da produção por pessoa ocupada no setor agrário, colocando-se em posição superior, apenas, à de Minas Gerais e à do Espírito Santo. Tal situação está associada às características das atividades agrárias que assumem importância no território fluminense, as quais requerem mão-de-obra numerosa, uma vez que envolvem utilização bastante restrita de maquinaria no processo produtivo. Entre elas se incluem a criação de bovinos, praticada com caráter extensivo, na qual o emprego de máquinas é praticamente inexistente; atividades de lavoura pouco compatíveis com a mecanização, como é o caso da olericultura; e culturas em que o uso de maquinaria ocorre, apenas, em algumas fases do ciclo produtivo, a exemplo da cultura canieira e da citricultura. Dessa forma, no que diz respeito ao valor da produção por pessoa ocupada na agricultura, o Rio de Janeiro apresenta flagrante contraste com o Mato Grosso do Sul, por exemplo, em que predomina a produção de grãos, realizada através da utilização de máquinas em todas as fases do ciclo produtivo, reduzindo a quantidade de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da produção agrícola.

Essas diferenças intra-regionais da organização agrária do Centro-sul forjaram-se ao longo do processo histórico de divisão do trabalho, que implicou sucessivas transformações na distribuição espacial das atividades de lavoura e criação. No decorrer desse processo, o Rio de Janeiro, que teve papel de destaque na produção agrícola nacional, sobretudo durante o ciclo cafeeiro fluminense, perdeu sucessivamente as posições de liderança que detinha na Região Centro-sul quanto aos cultivos de cana, café e laranja.

A perda de dinamismo da agricultura do Estado do Rio de Janeiro somou-se à perda de dinamismo da indústria, sobretudo a partir dos anos 50 quando se acelerou o crescimento industrial de São Paulo, favorecido, entre outros fatores, por uma renda agrícola maior e mais bem distribuída nesse estado. O avanço da industrialização brasileira, permitindo a produção nacional de máquinas e insumos agrícolas, cuja importação constituía um dos problemas enfrentados pelo setor agrário, viabilizou o processo de modernização da agricultura, que foi mais acentuado nos estados onde se instalaram as indústrias produtoras desses bens. O setor agropecuário se articulou não apenas com essas indústrias, mas também com aquelas voltadas ao processamento de produtos primários, muitas das quais passaram a estabelecer padrões tecnológicos específicos para a produção agropecuária, influenciando nas transformações da organização agrária.

O Rio de Janeiro, contudo, permaneceu à margem desse grande surto de modernização da agricultura, em conseqüência não só da ausência de vínculos mais fortes com o setor industrial, mas também da rigidez de sua estrutura sócio-econômica e de uma relativa escassez de terras disponíveis e adequadas à produção mecanizada desenvolvida em grande escala. Enquanto em São Paulo e nos estados sulinos a estrutura agrária de extensas áreas passava por profundas transformações — à medida que ganhavam espaço cultivos como o da soja e o da cana-de-açúcar, que progrediam associados ao processo de mecanização e quimificação da produção agrícola —, o Rio de Janeiro não apresentava modificações significativas do setor agropecuário, uma vez que a expansão muito localizada de algumas atividades agrárias não chegava a alterar o quadro de estagnação em que se manteve a agricultura estadual a partir dos anos 50.

Essa estagnação da agricultura do Rio de Janeiro, que ocorre sobretudo quanto às atividades de lavoura, pode ser constatada através de dados referentes à evolução de alguns cultivos que assumem importância no estado (Tabela 2). A série temporal revela que apenas as culturas de tomate, cana e café apresentaram aumento significativo no período 1950-84, verificando-se, quanto às demais lavouras, que a produção permaneceu estacionária ou mesmo decresceu os produtos alimentares básicos incluídos na relação, apenas o arroz teve uma evolução em que

TABELA 2

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1950 — 1984

LAVOURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1)							
	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1984
Arroz ..	66 310	48 902	117 317	133 842	112 588	77 195	84 085	95 978
Banana (2)	24 454	26 147	39 297	48 289	50 081	32 938	34 189	33 778
Batata inglesa	3 948	6 836	6 385	6 725	5 701	8 795	3 773	3 411
Café	27 351	25 613	53 653	37 975	7 152	2 335	24 314	44 011
Cana de açúcar	3 688 276	3 946 086	4 676 753	5 619 052	5 917 718	7 304 670	9 526 699	9 561 157
Fenilão ..	11 763	11 511	12 013	8 572	7 017	8 473	13 371	12 004
Laranja (3)	1 613 592	1 411 234	1 270 850	1 816 628	2 389 599	2 693 053	2 321 978	2 325 345
Mandioca	232 964	251 525	450 107	455 714	550 922	344 250	175 165	208 352
Milho.	98 079	82 869	129 175	135 488	92 976	62 777	45 684	69 500
Tomate	7 384	19 212	48 051	120 281	138 647	74 508	35 391	113 990

FONTE — Anuários Estatísticos

(1) Foram consideradas as lavouras para as quais se registraram os mais altos valores de produção em 1980 (2) Quantidade em mil cachos (3) Quantidade em mil frutas

a produção de 1984 superou a de 1950. Por outro lado, apesar da expansão que teve a pecuária fluminense, realizada, em alguns casos, à custa de retração de áreas de lavoura, verificou-se que o rebanho bovino teve um crescimento de 120% — inferior ao da maioria dos estados do Centro-sul¹ —, tendo o número de cabeças passado de 788 639, em 1950, para 1 736 822, em 1980.

Tal evolução, apresentada pela agricultura do Rio de Janeiro, está relacionada não só a fatores de âmbito mais amplo, que vêm atuando de maneira desigual na Região Centro-sul, contribuindo para que o estado permaneça à margem do processo de modernização da produção agrícola, mas também a fatores que operam em escala mais restrita, concorrendo para a falta de dinamismo do setor agropecuário fluminense. Entre os fatores que operam em escala estadual, pode-se destacar: a estrutura agrária, caracterizada pela presença de grupos de produtores rurais que realizam escassos investimentos no setor agropecuário e, ainda, a importância do fenômeno da especulação fundiária, que desarticula a produção agrícola, nas áreas de mais intensa valorização das terras

As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do espaço agrário do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrados os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, café e laranja, a maioria das grandes propriedades, voltadas para a comercialização desses produtos, passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido à falta de interesse dos fazendeiros em realizar investimentos nas propriedades rurais ou mesmo à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribui para que extensas áreas do estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar, entre essas áreas, o vale do Paraíba, no qual domina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários — bastante numerosos no Estado do Rio de Janeiro — têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso, por exemplo, dos pequenos proprietários fornecedores de cana às usinas de açúcar do norte fluminense, os quais, embora detenham a propriedade das terras, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração.

Se entre os produtores-proprietários, freqüentemente, é pequena a possibilidade de realizar investimentos nas unidades de exploração agrícola, entre os produtores não-proprietários — que incluem parceiros, arrendatários e ocupantes — os investimentos, na maioria das vezes, tornam-se inviáveis, dada a própria precariedade do acesso à terra e à natureza dos contratos firmados com os proprietários rurais. Embora na categoria de não-proprietários estejam inseridos alguns arrendatários capitalistas, que desenvolvem explorações agrícolas com emprego de técnicas modernas, a grande maioria dos produtores “*sem-terra*” é constituída por agricultores que contam com escassos recursos financeiros. Não só dispõem de recursos próprios insuficientes para investir, como acham-se marginalizados do acesso ao crédito rural institucionalizado, devido à impossibilidade de oferecer garantias ao sistema bancário. Assim, esses produtores *sem-terra*, que são responsáveis por uma parcela significativa da produção agrícola estadual, sobretudo no que se refere a produtos alimentares básicos, mantêm uma produção realizada através de sistemas tradicionais, baseados sobretudo no uso intensivo de trabalho familiar

Além do baixo índice de investimento no setor agrário, outro fenômeno que contribui para a estagnação da agricultura fluminense é a especulação fundiária, que ocorre, muitas vezes, associada aos reduzidos investimentos. Num estado

¹ Apresentaram crescimento relativo superior ao do Rio de Janeiro: o Paraná (890%), a área correspondente ao antigo Estado do Mato Grosso (396%) e os Estados de Goiás (376%), Espírito Santo (295%) e Santa Catarina (186%).

caracterizado pela importância do processo de urbanização² e pela presença de zonas litorâneas e serranas, de grande beleza natural, a valorização das terras — que ocorre sobretudo nas proximidades das grandes cidades e nas áreas mais propícias às atividades de turismo e lazer —, freqüentemente, resulta na supressão das atividades agropecuárias ou no seu desenvolvimento através de sistemas extensivos.

A especulação fundiária, porém, se reveste de outros aspectos de extrema gravidade, uma vez que, em muitos casos, progride associada à eclosão de conflitos pela posse da terra, que se sucedem no território fluminense, atingindo maior intensidade nas áreas em que se acelera o processo de valorização das terras, em decorrência da realização de obras governamentais de saneamento ou de infraestrutura viária

A gravidade desses problemas que afetam a agricultura fluminense suscitou o interesse pela análise da organização agrária estadual, como instrumento que, permitindo desvendar o contexto em que se desenvolvem as contradições do meio rural, venha a oferecer subsídios à proposição de soluções para a questão agrária. Nesse sentido, procede-se, em seguida, à análise de alguns aspectos da organização da agricultura do Estado do Rio de Janeiro, recorrendo a dados censitários referentes a 1980, como elementos fundamentais de trabalho, e a informações obtidas em pesquisa de campo³, como elementos de complementação e controle dos dados estatísticos

DIFERENCIAÇÃO INTERNA DO ESPAÇO AGRÁRIO FLUMINENSE

No decorrer da história econômica do Rio de Janeiro, o processo de divisão do trabalho, sobrepondo-se e relacionando-se à grande diversificação do meio am-

biente, resultou numa diferenciação do espaço agrário que pode ser constatada através de diversos ângulos, segundo os quais se considere a organização da agricultura. Essa diferenciação do espaço agrário constitui o objeto da análise que se segue, na qual serão salientados aspectos relacionados ao nível de aproveitamento das terras, ao valor da produção agropecuária, à estrutura fundiária e às relações de trabalho na agricultura

Nível de Aproveitamento das Terras

Ao se considerar o nível de aproveitamento das terras fluminenses para a produção agropecuária, cabe inicialmente ressaltar que a proporção do território ocupada por estabelecimentos agropecuários é mais baixa no Rio de Janeiro do que em qualquer dos demais estados do Centro-sul, mesmo aqueles que só em décadas recentes foram atingidos pela expansão da frente pioneira (Tabela 1). Entre os fatores que contribuem para esse baixo índice de ocupação agrícola das terras, convém salientar: o elevado grau de urbanização que caracteriza o estado, expressando-se, sobretudo, através da ponderável extensão do território fluminense ocupada pela região metropolitana; a exploração de áreas de veraneio, que assume particular importância ao longo da faixa litorânea; e, ainda, a presença de trechos de relevo muito acidentado, restringindo o aproveitamento agrícola da zona serrana.

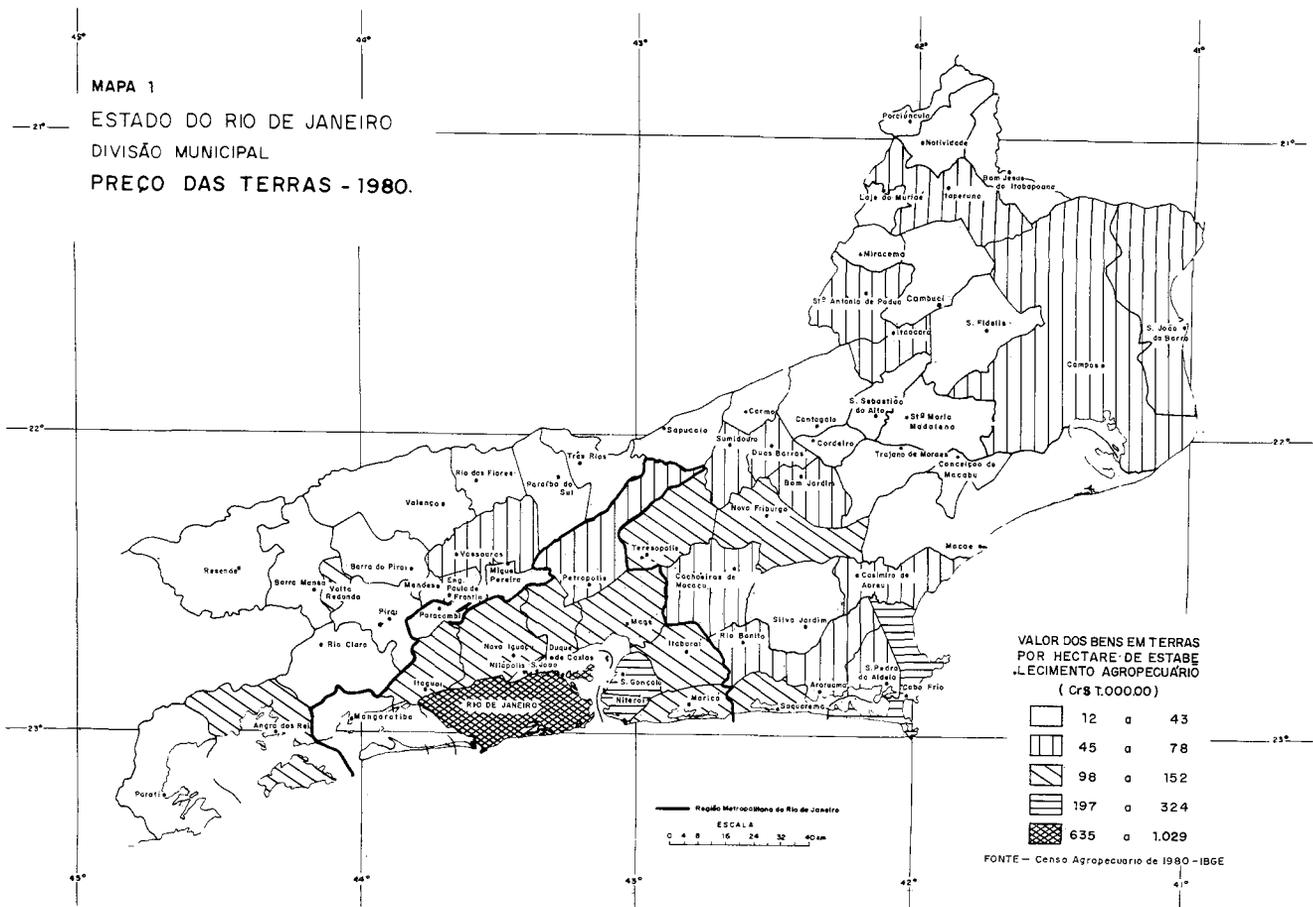
Um fenômeno que se desenvolve associado à urbanização e à exploração de áreas de lazer é o processo de valorização das terras, em virtude do qual o preço das mesmas atinge níveis muito elevados nas zonas rurais de grande parte do Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1). Surge, assim, um novo elemento que contribui para acentuar a tendência à retração do aproveitamento do espaço para atividades agrárias, uma vez que a

² O que pode ser aquilutado pelo fato de que o Rio de Janeiro constitui a Unidade da Federação que apresenta maior percentual de população urbana

³ O trabalho de campo, que teve a duração de cinco dias, foi realizado com o objetivo de esclarecer dúvidas suscitadas pela análise dos dados estatísticos, tanto através de observação direta de aspectos da organização agrária fluminense, quanto de contatos com representantes de entidades ligadas à produção agropecuária, como: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Produtores Rurais, órgãos governamentais de assistência à produção agropecuária

MAPA 1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO MUNICIPAL
PREÇO DAS TERRAS - 1980.



venda de propriedades ou posses se afigura, para muitos produtores rurais, como alternativa mais atraente do que a continuidade da exploração agrícola das terras; isso, certamente, contribui para que seja bastante baixo o grau de ocupação do território por estabelecimentos agropecuários, em numerosos municípios do estado (Tabela 3).

Quanto ao aproveitamento das terras no âmbito dos estabelecimentos agropecuários, seria possível supor uma ocorrência bastante difundida de terras agricultáveis ociosas, tendo em vista o reduzido dinamismo que vem apresentando a agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Tal suposição, entretanto, não é confirmada pelos dados censitários, uma vez que em apenas seis dos muni-

cípios fluminenses (Mapa 2), que se localizam basicamente ao longo da orla litorânea, a percentagem de terras inaproveitadas, na área total dos estabelecimentos agropecuários, ultrapassa 12%. Tais índices de ociosidade mais elevados estão associados, sobretudo, à expectativa de valorização das terras, motivada, quer pelo avanço do processo de urbanização que se verifica na região metropolitana, quer pela conquista de espaços para atividades de lazer em alguns trechos da faixa litorânea. Nas áreas rurais mais próximas àquelas que são atingidas por esses processos, muitos produtores abandonam as atividades agropecuárias e retêm as terras, apenas, com fins especulativos, aguardando maior valorização; por outro lado, empresas

TABELA 3

PERCENTUAL DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
NA ÁREA TOTAL DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

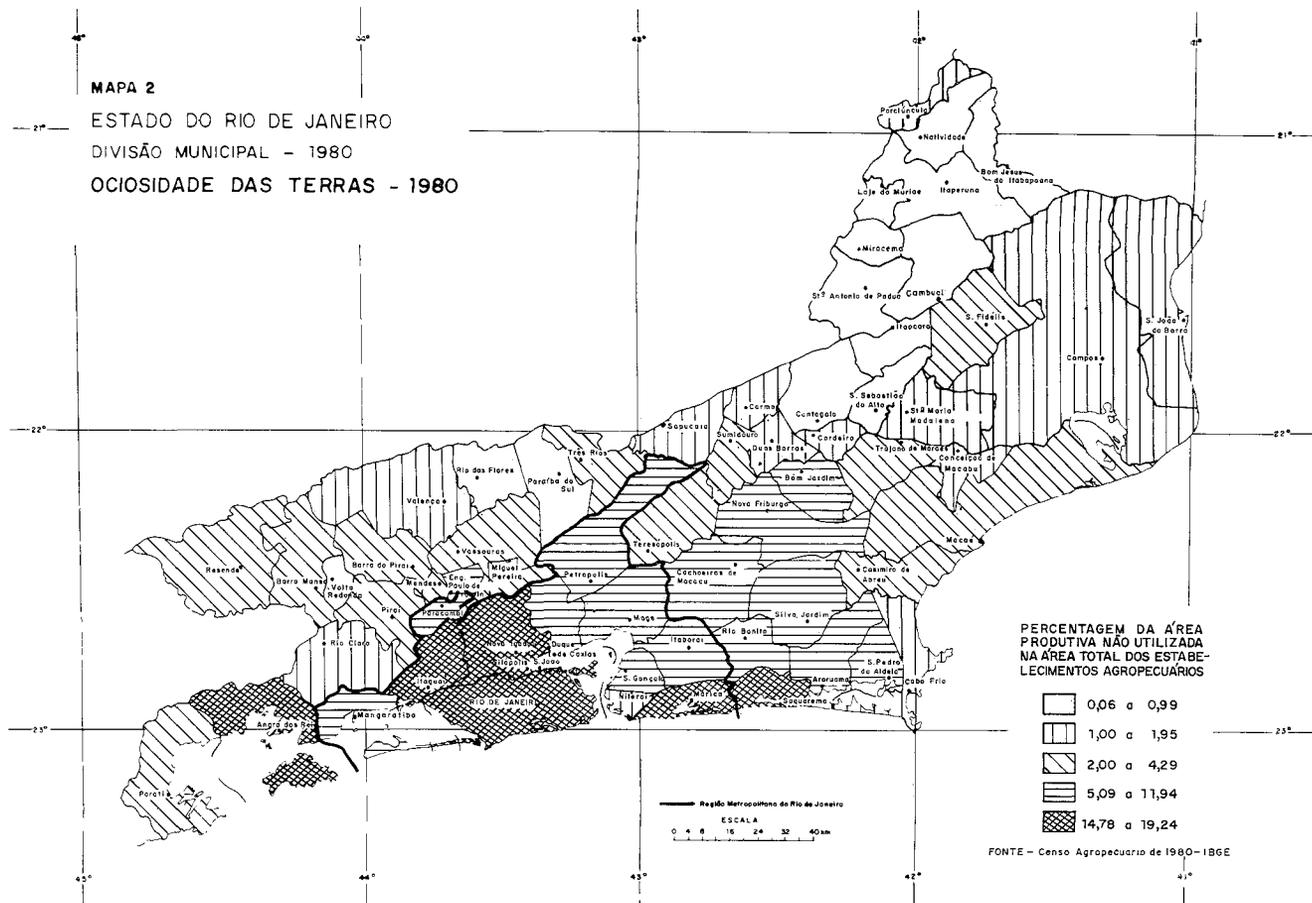
MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DA ÁREA (%)	MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DA ÁREA (%)
Angra dos Reis	31	Niterói	10
Araruama..	57	Nova Friburgo...	56
Barra do Pirai.....	76	Nova Iguaçu	17
Barra Mansa	74	Paracambi..	44
Bom Jardim.....	76	Paraíba do Sul.	94
Bom Jesus do Itabapoana	99	Parati	58
Cabo Frio	65	Petrópolis	41
Cachoeiras de Macacu...	70	Pirai	78
Cambuci	98	Porciúncula.....	98
Campos	73	Resende	76
Cantagalo	90	Rio Bonito...	86
Carmo...	82	Rio Claro	71
Casimiro de Abreu	92	Rio das Flores	97
Conceição de Macabu	96	Rio de Janeiro	14
Cordeiro..	75	Santa Maria Madalena	93
Duas Barras..	93	Santo Antônio de Pádua	85
Duque de Caxias	20	São Fidélis..	98
Engenheiro Paulo de Frontin	53	São Gonçalo...	29
Itaboraí	86	São João da Barra...	75
Itaguaí	69	São João de Meriti...	1
Itaocara	93	São Pedro da Aldeia	45
Itaperuna	88	São Sebastião do Alto	100
Laje do Muriaé..	100	Sapucaia	99
Macaé	92	Saquarema.....	45
Magé...	38	Silva Jardim.	83
Mangaratiba	100	Sumidouro...	97
Maricá	42	Teresópolis.....	41
Mendes...	43	Trajano de Moraes...	62
Miguel Pereira...	64	Três Rios...	88
Miracema..	100	Valença	94
Natividade..	94	Vassouras	81
Nilópolis	—	Volta Redonda	54

MAPA 2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL - 1980

OCIOSIDADE DAS TERRAS - 1980



que atuam na construção civil adquirem terras visando a futuros loteamentos, e as mantêm inexploradas até que se apresentem condições favoráveis ao lançamento de empreendimentos imobiliários

Embora a expectativa de valorização seja o fator preponderante do nível de ociosidade das terras que se verifica nesses municípios, supõe-se que, em alguns trechos dos mesmos, contribua, também, para que se registre a presença significativa de terras ociosas, a ocorrência de sistemas agrícolas muito extensivos, caracterizados por longos períodos de pousio⁴. Esses sistemas são utilizados, geralmente, em áreas de acessibilidade precária e presença de relevo acidentado, como se verifica nos trechos de encosta do Município de Angra dos Reis.

Em extensas áreas do território fluminense, porém, os níveis de ociosidade das terras são bastante reduzidos, verificando-se que, em grande parte do norte fluminense e do vale do Paraíba, as áreas inaproveitadas não atingem a 5% da área total dos estabelecimentos agropecuários, situando-se, freqüentemente, em níveis inferiores a 2%

O fato de não ser muito generalizada a ocorrência de terras ociosas, não significa que o espaço agrário se caracterize por uma intensa utilização. A prática da lavoura, embora tenha desempenhado papel de destaque no Estado do Rio de Janeiro, onde teve grande difusão espacial, passou a dominar, apenas, em áreas restritas do território estadual, à medida que prosseguiu o processo de divisão do trabalho, em âmbito regional e nacional, acarretando o deslocamento das principais áreas de cultivo de produtos como o café e a laranja para espaços localizados além dos limites estaduais. Assim, apenas num pequeno grupo de municípios, as terras cultivadas⁵ ocupam uma parcela significativa do espaço agrário; esse grupo inclui municípios canavieiros do norte fluminense, entre os quais figuram dois dos que apresentam os mais elevados percentuais de áreas cultivadas (Mapa 3), e, também, municípios ao longo da baixada

litorânea, no trecho entre Rio de Janeiro e Cabo Frio, nos quais assume importância a fruticultura. Convém acrescentar, ainda, que os altos percentuais de terras cultivadas constatados em alguns desses municípios devem ser atribuídos não só à ocorrência significativa de áreas de lavoura, mas também à de pastagens plantadas, que surgem num contexto de dinamização do setor pecuário

Entretanto, em extensas áreas do Estado do Rio de Janeiro, as lavouras assumem pequena importância espacial, uma vez que, após a decadência da cafeicultura, o espaço agrário passou a ser dominado pela pecuária bovina extensiva. Isso se verifica em grande parte do vale do Paraíba, assim como na porção noroeste do estado, onde ocorre o predomínio espacial das pastagens naturais, constataando-se que grande número de municípios apresenta percentuais de áreas cultivadas que se situam entre 0,26 e 25,24. Esses baixos percentuais não significam, contudo, que o valor da produção da lavoura seja necessariamente inexpressivo. A produção de olerícolas é bastante significativa em diversos municípios, entre os quais se destacam Sumidouro, Sapucaia e Vassouras; trata-se, porém, de uma produção espacialmente concentrada em áreas mais propícias ao seu desenvolvimento, como os terraços aluviais e as várzeas, nas quais a produção é realizada de maneira intensiva. A cafeicultura, por outro lado, tendo sido reintroduzida em alguns municípios, vem apresentando importância crescente, sobretudo no noroeste fluminense e em Valença.

Se a presença muito significativa de pastagens naturais em grande parte do estado já deixa evidente que é pouco intenso o aproveitamento das terras, a lotação das pastagens se constitui em outro indicador do caráter extensivo da produção agropecuária em grande parte do território fluminense.

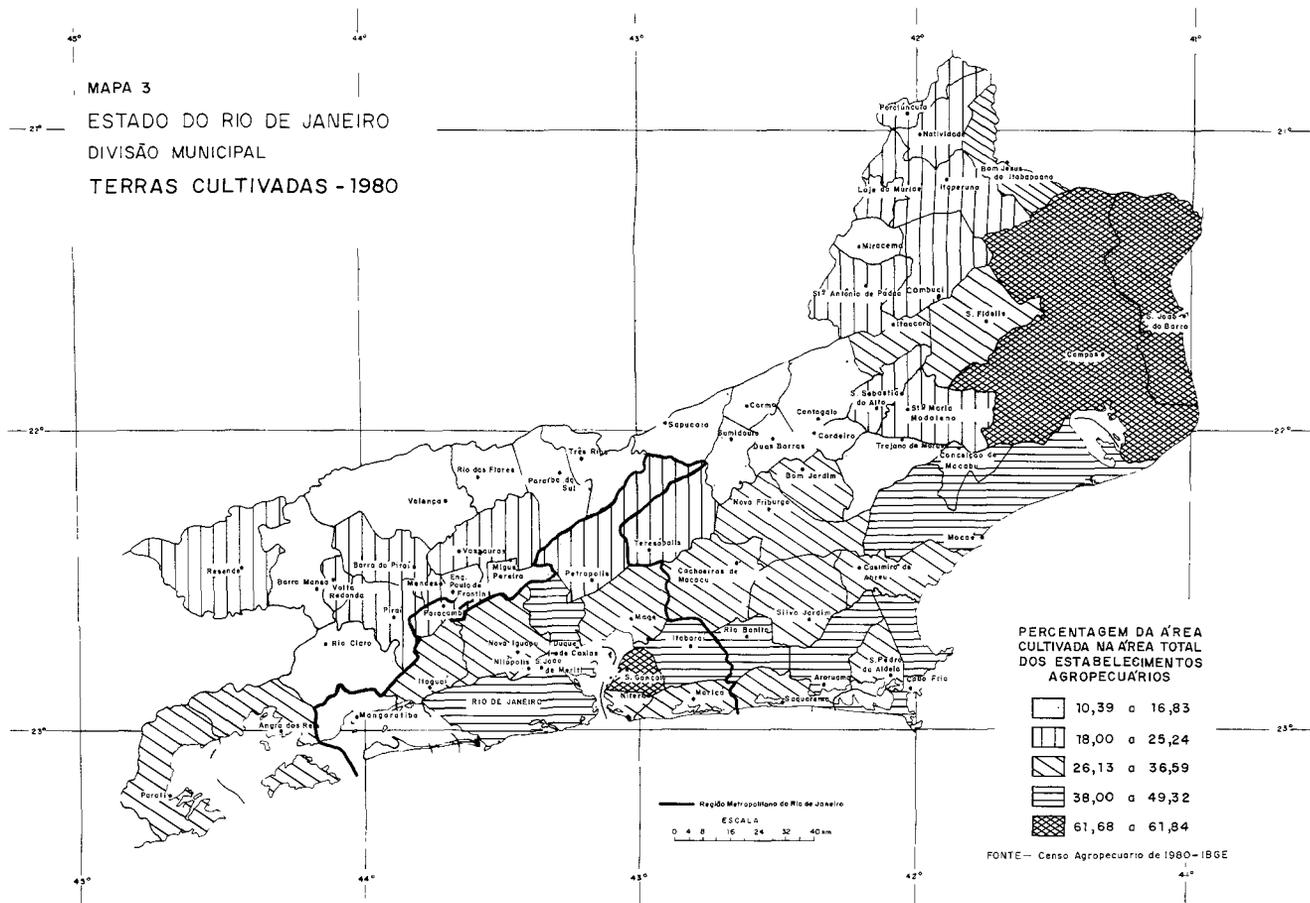
Predominam amplamente, no espaço agrário do Estado do Rio de Janeiro, as densidades de rebanho bovino inferiores

⁴ Segundo o conceito utilizado no Censo Agropecuário, as terras em pousio são aquelas não utilizadas por um período de até quatro anos. Assim, as áreas que permanecem em pousio por período mais longo são consideradas "produtivas não utilizadas" — o que equivale a incluí-las entre as terras ociosas

⁵ Correspondendo ao somatório das áreas de: lavouras permanentes, lavouras temporárias, pastagens plantadas, matas plantadas e terras em descanso

MAPA 3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO MUNICIPAL
TERRAS CULTIVADAS - 1980



a duas cabeças por hectare de pastagem (Mapa 4) — limite que se aproxima da lotação média geralmente observada em regiões onde predominam pastagens naturais de baixo poder nutritivo, como é o caso das áreas de cerrado. É importante ressaltar que grande parte das áreas que se caracterizam pelos índices mais baixos de lotação das pastagens — densidades iguais ou inferiores a 0,73 cabeça por hectare — estão incluídas na bacia leiteira fluminense, na qual essas baixas densidades do rebanho se constituem num dos aspectos do sistema extensivo de criação, caracterizado, também, pela baixa produtividade de leite por animal. Essa extensividade se reflete na reduzida contribuição estadual ao abastecimento de leite do Grande Rio, que é atendido, fundamentalmente, por fluxos de leite e de laticínios que se originam em outros estados.

Por outro lado, a maioria dos municípios que apresentam densidades mais elevadas de rebanho bovino tem, apenas, pequenas parcelas de seu território ocupadas por pastagens. Dessa forma, um pequeno número de estabelecimentos, que ocupa espaço restrito dentro do município, mas que geralmente apresenta uma pecuária melhorada, é responsável pela ocorrência das maiores concentrações de bovinos. Tais concentrações podem-se verificar inclusive, devido a situações peculiares, como a existência de frigoríficos ou matadouros que mantêm, nas suas proximidades, estabelecimentos onde o gado permanece por curto período de tempo, enquanto não é enviado ao abate.

Valor da Produção Agropecuária

Em que pesem os diversos aspectos que revelam um aproveitamento pouco intenso das terras fluminenses, observa-se que o Rio de Janeiro se encontra entre os quatro estados do Centro-sul nos quais se registram os mais elevados valores de produção agropecuária por hectare de estabelecimento rural, apresentando valor inferior apenas àqueles constatados para São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Tabela 1). Tal posição do Rio de Janeiro, apesar da reconhecida fragilidade do setor agropecuário fluminense, deve-se ao fato de que, no elenco de seus principais produtos, incluem-se al-

guns de alta densidade econômica, tais como os olerícolas, os cítricos e os animais de pequeno porte que, em conjunto, contribuem com cerca de 28% do valor da produção agropecuária estadual. Pode-se aquilatar a importância desses produtos, em municípios, através da observação do mapa que representa a composição do valor da produção agropecuária (Mapa 5).

Os elementos contidos nesse mapa permitiram identificar grupos de municípios que se assemelham em termos dos produtos de maior participação no valor da produção agropecuária, conduzindo à delimitação de espaços diferenciados (Mapa 6), cujas especificidades devem ser salientadas, uma vez que contribuem para elucidar uma série de outros aspectos que concernem à diferenciação do espaço agrário.

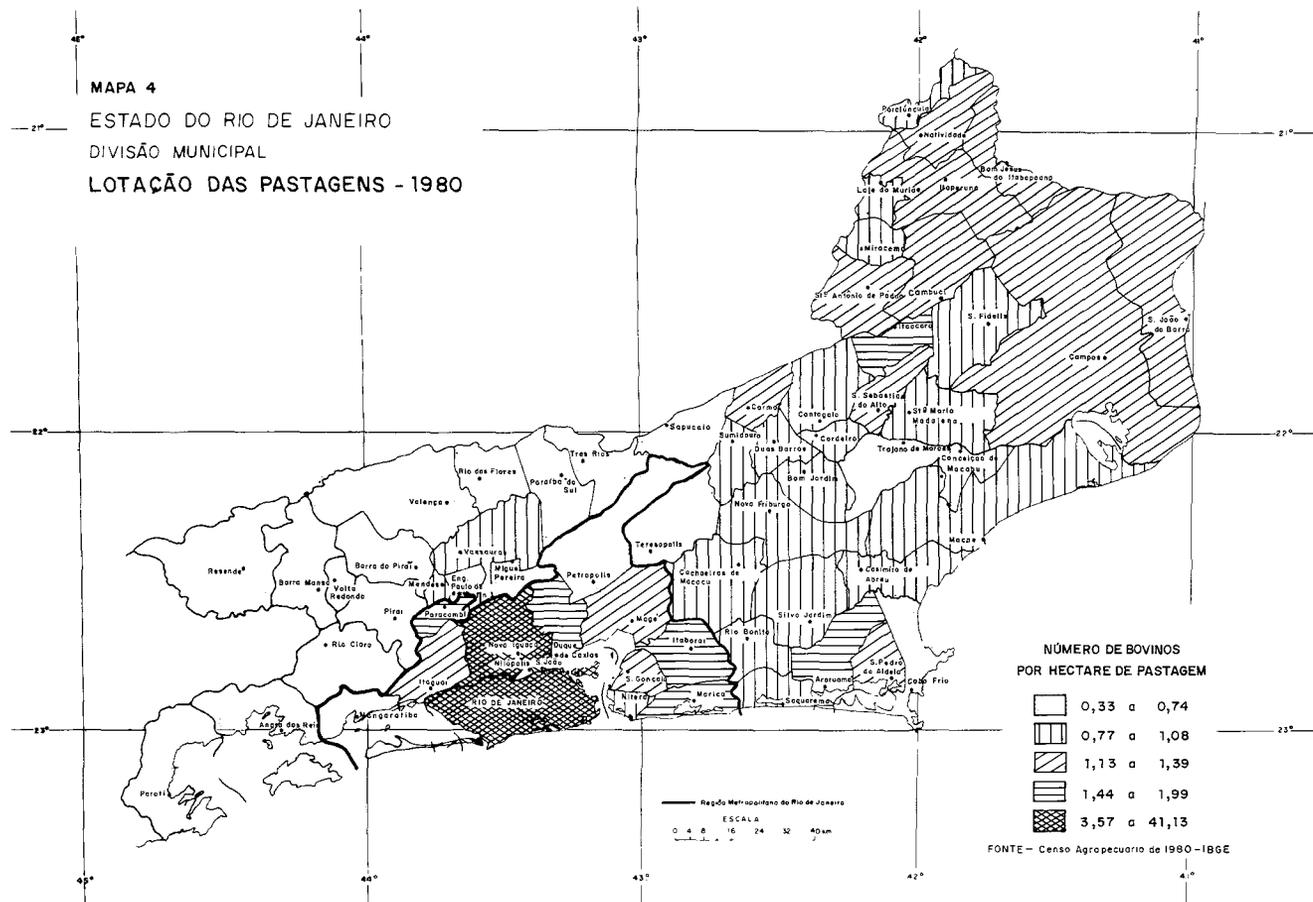
Um númerooso conjunto de municípios que se dispõem numa faixa praticamente contínua ao longo do vale do Paraíba, estendendo-se até o noroeste do estado, apresenta a criação de bovinos como atividade que contribui, de maneira mais ponderável, para a formação do valor da produção agropecuária. Trata-se, porém, de uma atividade pouco dinâmica, que se instalou em antigas áreas cafeicultoras nas quais se verificou um processo de esvaziamento econômico. Esse esvaziamento foi particularmente acentuado ao longo do vale do Paraíba, onde a cultura do café, baseando-se no trabalho escravo e em práticas agrícolas que conduziam ao esgotamento dos solos, não teve condições de competir com as novas áreas que se abriam à produção cafeeira, sobretudo em território paulista, no qual essa cultura encontrou vantagens locais e passou a ser desenvolvida num contexto de trabalho livre. Nessas áreas cafeeiras decadentes, instalou-se a pecuária bovina, em propriedades rurais que se caracterizavam pelos solos exauridos e nas quais não se verificaram investimentos significativos, uma vez que os recursos acumulados no período do café foram carreados para fora do setor agropecuário. A pecuária extensiva transformou-se, assim, na atividade dominante nessas áreas, não apenas em termos espaciais, mas também em termos do valor da produção agropecuária, dada a importância que nelas assume a exploração leiteira.

MAPA 4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL

LOTAÇÃO DAS PASTAGENS - 1980

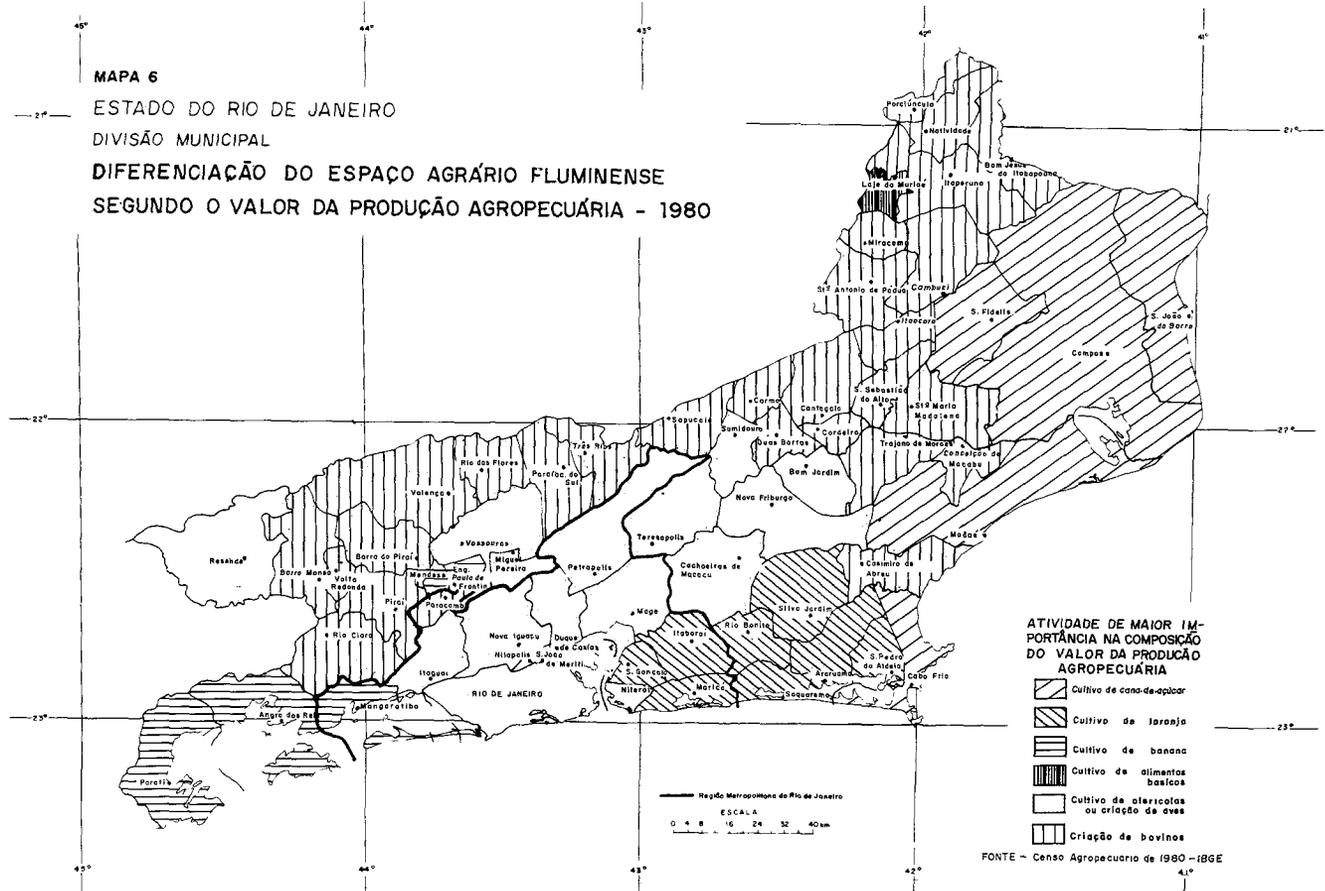


MAPA 6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL

DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO FLUMINENSE
SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - 1980



ATIVIDADE DE MAIOR IMPORTÂNCIA NA COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

-  Cultivo de cana-de-açúcar
-  Cultivo de laranja
-  Cultivo de banana
-  Cultivo de alimentos básicos
-  Cultivo de olerícolas ou criação de ovelas
-  Criação de bovinos

FONTE - Censo Agropecuario de 1980 - IBGE

Na porção nordeste do estado, alguns municípios têm a cana-de-açúcar como cultivo que gera a maior parcela do valor da produção agropecuária, devendo-se ressaltar que o peso da produção canavieira é particularmente elevado em Campos, que se constitui no principal núcleo açucareiro estadual. Embora tenha sido praticado de forma bem mais dispersa no espaço fluminense, onde foi introduzido no período colonial, o cultivo da cana-de-açúcar evoluiu para um padrão de distribuição espacial mais concentrado à medida que a produção açucareira passou a se realizar em maior escala, exigindo a exploração de extensos canaviais. As amplas áreas planas da baixada de Goitacazes propiciaram a expansão da cultura canavieira, sobretudo a partir do momento em que, com a mecanização dos trabalhos em diversas fases do ciclo produtivo, as características de relevo adquiriram maior peso entre os fatores que favorecem o cultivo da cana-de-açúcar. Convém salientar que, não obstante a difusão da mecanização do processo produtivo, a cultura canavieira que se desenvolve no Estado do Rio de Janeiro, caracteriza-se por níveis de produtividade semelhantes àqueles que são obtidos nos estados nordestinos e bem inferiores aos que se constata em São Paulo ou no Paraná.

Ao sul da área canavieira, um conjunto de municípios que se dispõem entre a baía de Guanabara e Cabo Frio, caracteriza-se pela importância do cultivo de frutas cítricas, em especial da cultura de laranja. Essa cultura, que já teve papel de destaque na economia do estado, era praticada, no início do século, basicamente na Baixada Fluminense, cuja produção era exportada para mercados europeus e platinos. Após um período de decadência, associada a fatores tais como: a expansão dos loteamentos na periferia da cidade do Rio de Janeiro, problemas fitossanitários que afetaram os laranjais e concorrência da produção de outros estados, o cultivo da laranja passou a se expandir na região dos lagos e municípios contíguos, sobretudo nos trechos de colinas argilosas. A produção, aí obtida, destina-se ao abastecimento de frutas *in natura* os mercados urbanos fluminenses e provém de estabelecimentos rurais bastante diferenciados em termos de tamanho e de nível tecnológico da produção.

Um outro grupo de municípios, em que a produção de frutas se destaca na formação do valor da produção agropecuária, localiza-se no litoral sul do estado, onde o cultivo da banana assume papel relevante. Esse cultivo é desenvolvido de forma atomizada e com emprego de técnicas rudimentares, em unidades produtoras geralmente exploradas por produtores que, a par da cultura da banana, dedicam-se à produção de alimentos básicos voltados essencialmente à subsistência familiar.

Finalmente, na Região Metropolitana e na zona serrana, uma série de municípios tem a olericultura ou a criação de animais de pequeno porte como atividades de maior peso econômico. Essas atividades, cuja ocorrência está associada à proximidade de um grande mercado consumidor e às características da rede viária, facilitando o escoamento de produtos perecíveis, tais como verduras e ovos, não se desenvolveram, contudo, a ponto de contribuir significativamente para o abastecimento do Grande Rio, que continua a ser realizado com uma larga preponderância de produtos oriundos de outros estados.

Estrutura Fundiária

A evolução histórica que conduziu à diferenciação das atividades predominantes no espaço agrário fluminense implicou um processo de apropriação e subdivisão das terras que deu origem a uma estrutura fundiária espacialmente diferenciada. Com vistas a captar aspectos dessa diferenciação, foram analisados dados estatísticos considerados expressivos no sentido de espelhar, de um lado, o papel representado pelos pequenos estabelecimentos e, de outro, pelos estabelecimentos de dimensões muito grandes.

No que concerne aos pequenos estabelecimentos, optou-se pela utilização de uma variável que expressasse sua importância numérica, com o objetivo de verificar o grau de fragmentação das terras que ocorre num dos extremos da distribuição fundiária; assim, foram levantados dados referentes ao percentual das unidades de exploração com tamanho inferior a 50 hectares no número total de estabelecimentos agropecuários. Já com relação aos maiores estabelecimentos,

achou-se pertinente avaliar o domínio das grandes unidades produtoras — numericamente pouco expressivas — no processo de exploração do espaço agrário, recorrendo-se, para isso, aos percentuais de área dos estabelecimentos de dimensões iguais ou superiores a 1000 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários⁶.

Os dados referentes à importância numérica dos pequenos estabelecimentos (Mapa 7) indicam que sua ocorrência mais significativa está associada quer ao processo de subdivisão das terras, que ocorre em torno das áreas de mais intensa urbanização, quer a um processo de disputa pelo espaço agrário que conduz à localização de pequenos produtores em áreas marginais do ponto de vista de acessibilidade ou de condições propícias às atividades agropecuárias mais rentáveis.

Assim, nos municípios mais urbanizados da Região Metropolitana, são muito elevados os percentuais de pequenos estabelecimentos, uma vez que o espaço agrário, altamente valorizado, remanescente nesses municípios é subdividido em sítios mantidos como reserva de valor ou aproveitados para atividades, tais como a olericultura, a fruticultura e a criação de aves — passíveis de serem desenvolvidas em unidades produtoras de dimensões bastante exíguas.

No nordeste do estado, o Município de São João da Barra apresenta, também, uma ampla preponderância de estabelecimentos de dimensão inferior a 50 hectares, o que pode ser atribuído à presença de solos de baixa fertilidade na faixa de tabuleiros terciários próxima ao litoral, os quais, impondo limitações à cultura canavieira predominante na região, deram margem à instalação de pequenas unidades produtoras, frequentemente voltadas para o cultivo de produtos alimentares básicos.

Salientam-se, ainda, pelo predomínio acentuado de pequenos estabelecimentos, os municípios do litoral sul fluminense, onde a instalação de um contingente significativo de pequenos ocupantes tornou-se viável num período em que era reduzida a disputa pelas terras nesse trecho do estado, dadas as condições de

acessibilidade precária que aí prevaleceram até o início da década de 70.

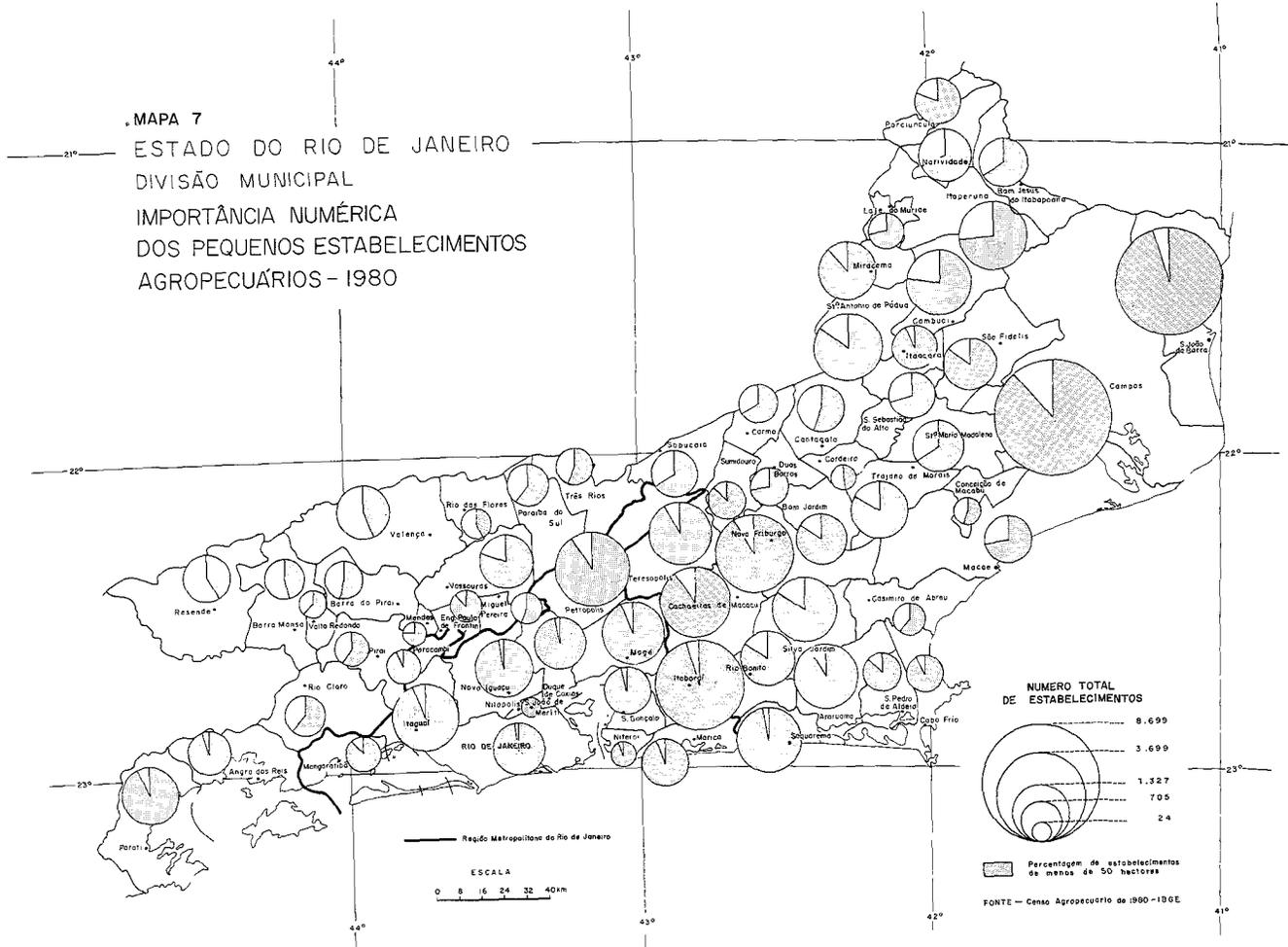
Se o número muito elevado de pequenos estabelecimentos se constituiu numa das características marcantes do litoral sul do Rio de Janeiro, outro aspecto a ser ressaltado, quanto à estrutura fundiária dessa região, é a elevada proporção do espaço agrário ocupada por estabelecimentos de dimensões muito grandes (Mapa 8). A presença desses estabelecimentos relaciona-se, em parte, ao fato de que enormes propriedades aí se constituíram em fases remotas do processo de ocupação, nas quais se verificaram concessões de terras realizadas pelo governo central; essas propriedades, embora tenham sofrido processo de subdivisão por herança, ficaram preservadas de fracionamento mais intenso devido ao reduzido desenvolvimento que teve o mercado de terras na região até período recente e, assim, apresentam, ainda hoje, dimensões muito grandes. Contribuí, também, para essa ocorrência de grandes estabelecimentos o processo de apropriação das terras que se tem verificado num contexto de valorização recente das mesmas a partir da construção da rodovia Rio—Santos (MR-101), quebrando o isolamento em que permanecera o litoral meridional do estado. Esse processo de apropriação é realizado sobretudo através da aquisição do direito de posse das terras e envolve uma série de estratégias ilícitas, através das quais pessoas físicas ou grupos empresariais estabelecem seu domínio sobre áreas que vinham sendo exploradas por pequenos ocupantes. Estes são, gradualmente, pressionados a se deslocar das baixadas litorâneas onde se concentravam, procurando estabelecer-se em áreas urbanas ou passando a explorar novas posses ao longo da encosta da serra, menos procuradas pelos investidores que têm afluído ultimamente para o sul do estado.

Ainda na faixa litorânea, destacam-se, pela elevada proporção do espaço agrário ocupada por estabelecimentos de grandes dimensões, os Municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu, onde é bastante generalizada a pecuária, desenvolvida sobretudo em grande propriedades. A par das propriedades tradicionais,

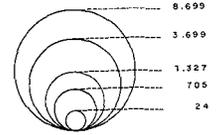
⁶ Os dados utilizados nesta análise foram extraídos do Censo Agropecuário e referem-se não às propriedades rurais mas sim às unidades de exploração agropecuária.

MAPA 7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO MUNICIPAL
IMPORTÂNCIA NUMÉRICA
DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS - 1980



NUMERO TOTAL
DE ESTABELECIMENTOS

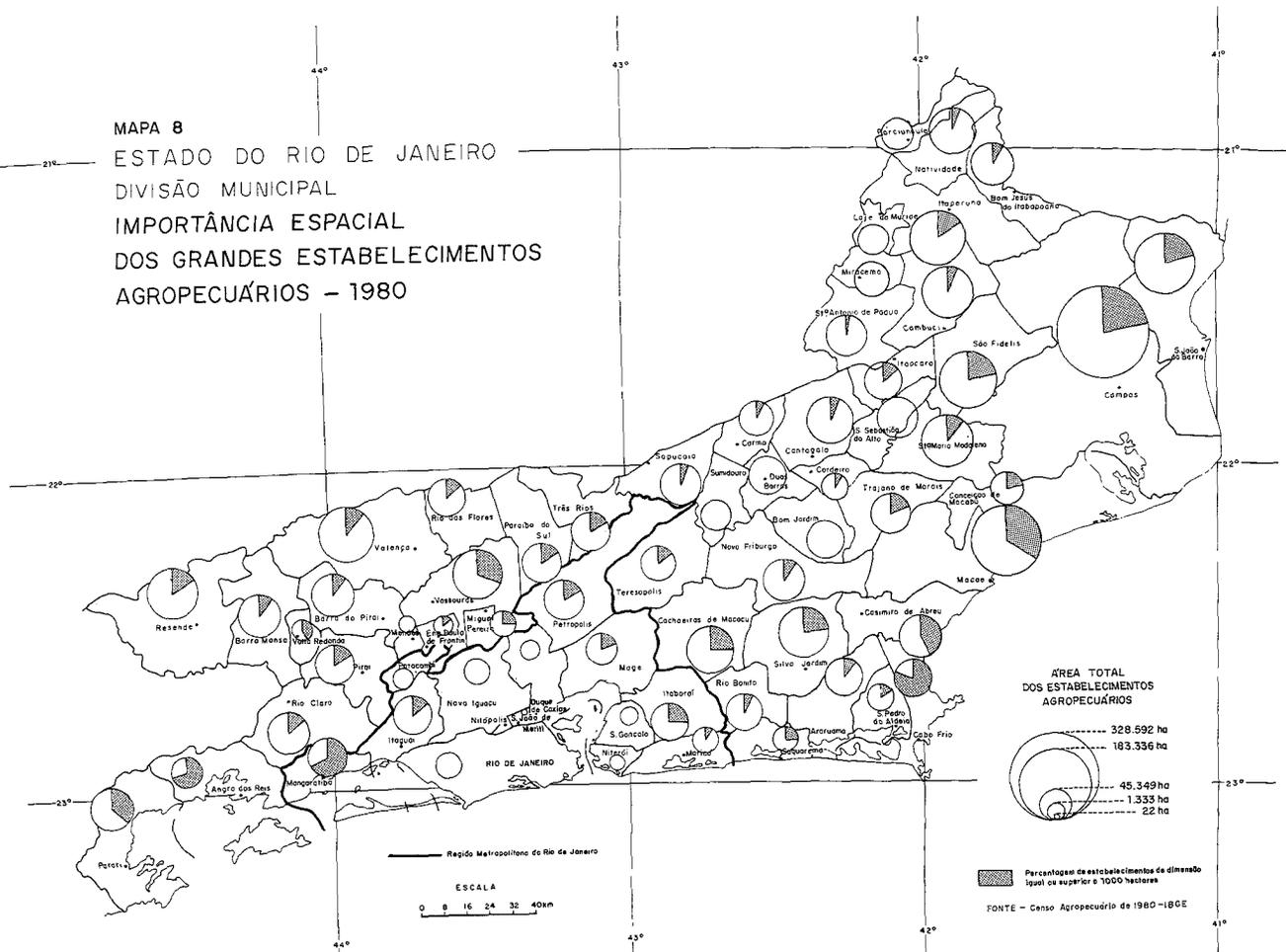


■ Percentagem de estabelecimentos de menos de 50 hectares

FONTE - Censo Agropecuario de 1980-1982

Região Metropolitana do Rio de Janeiro
ESCALA
0 8 16 24 32 40km

MAPA 8
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO MUNICIPAL
IMPORTÂNCIA ESPACIAL
DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS - 1980



têm surgido nesses municípios, a partir da década de 70, estabelecimentos pecuaristas modernizados, implantados frequentemente por profissionais liberais ou empresários urbanos que, ao investirem nessa área rural próxima ao Grande Rio e bem dotada de infra-estrutura viária, vêm contribuindo para que aí se verifique um processo de aglutinação das propriedades⁷

Embora, se pudesse esperar uma presença marcante de estabelecimentos de dimensões muito grandes no vale do Paraíba e no nordeste fluminense, dada a significância que aí assumem as extensas propriedades voltadas, respectivamente, para a atividade pecuarista e para a produção canaveira, verifica-se que não é muito elevada, nessas regiões, a proporção do espaço agrário ocupada por grandes estabelecimentos. Fatores tais como o fracionamento das terras por herança e o emprego dos sistemas de arrendamento ou parceria, que conduzem à subdivisão das propriedades em unidades menores de exploração, contribuem para que seja bastante significativa, nas regiões mencionadas, a ocorrência de estabelecimentos que se incluem nos estratos intermediários da distribuição fundiária.

Com o objetivo de retratar, de maneira mais completa, a distribuição dos estabelecimentos segundo os diversos estratos fundiários, foram elaborados gráficos referentes a alguns municípios fluminenses, selecionados de modo a permitir a representação de diferenças espaciais relevantes na estrutura fundiária do estado (Gráfico 1) — as quais se entrelaçam à diferenciação da produção agrícola, já abordada através da análise da composição do valor da produção agropecuária.

A estrutura fundiária do Município de Valença, no vale do Paraíba, caracteriza-se, sobretudo, pela presença muito significativa de estabelecimentos de tamanhos intermediários, o que reflete um processo de subdivisão das antigas propriedades cafejeiras em unidades menores de exploração. Tal processo se verificou não apenas através do fracionamento por direito de herança, mas também em consequência do emprego, bastante generalizado na região, do sistema de arrendamento, frequentemente utili-

zado por proprietários que não desejam alienar suas terras, embora não tenham interesse em explorá-las diretamente.

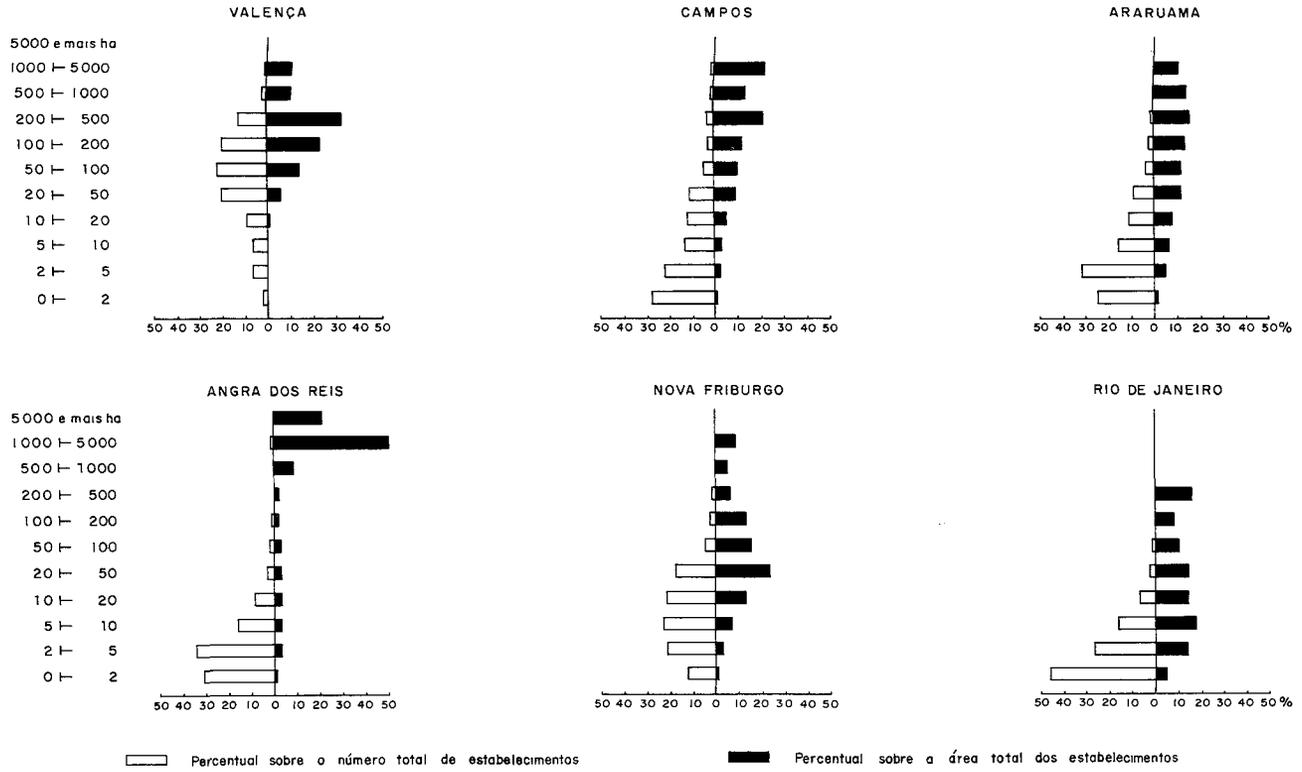
Características bastante diversas das que se observam em Valença podem ser constatadas em Campos, onde a estrutura é marcada por maior expressão espacial dos grandes estabelecimentos e, também, pela ocorrência de número muito elevado de pequenos estabelecimentos. Apesar da antiguidade de apropriação e da exploração econômica das terras do município, o que poderia ter dado margem a um processo de subdivisão mais intenso das terras, ao longo do tempo, isso não se verificou, uma vez que a cultura canaveira desenvolvida sob forma de *plantation* manteve-se importante em Campos, contribuindo para a preservação de grandes estabelecimentos ou mesmo para a aglutinação de unidades menores; essa evolução se diferencia daquela que ocorreu no vale do Paraíba, onde o desaparecimento da cultura cafeeira ensejou maior fracionamento das unidades produtoras. Por outro lado, verifica-se um número significativo de pequenos estabelecimentos, associados, sobretudo, à própria produção canaveira — parte da qual é desenvolvida por pequenos fornecedores das usinas — mas também, à produção de alimentos básicos voltada à subsistência da população mobilizada pela cultura canaveira.

Araruama apresenta uma estrutura fundiária que guarda certa semelhança com a de Campos, porém apresentando menor expressão espacial das grandes unidades de exploração e maior expressão numérica dos pequenos estabelecimentos, uma vez que a exploração citrícola, que assume grande importância no município, é desenvolvida em estabelecimentos de categorias dimensionais bastante variadas, contribuindo para uma distribuição fundiária mais equilibrada.

Já no Município de Angra dos Reis, um aspecto relevante a ser apontado no que concerne à estrutura fundiária é a pequena significância numérica e espacial dos estabelecimentos incluídos nos estratos intermediários, uma vez que o processo de ocupação — tal como já foi mencionado — implicou uma distribuição polarizada, em que se verificam uma enorme expressão espacial dos estabe-

⁷ GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa, 1986, vol. 1, v Bibliografia

GRÁFICO 1
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ESTRUTURA FUNDIÁRIA - MUNICÍPIOS SELECIONADOS



lecimentos de dimensões muito grandes e uma grande expressão numérica das pequenas unidades produtoras, exploradas bastante, basicamente, por ocupantes

Em Nova Friburgo, a distribuição fundiária caracteriza-se, sobretudo, pela presença bastante significativa de pequenas unidades produtoras, nas diversas categorias de estabelecimentos com tamanho inferior a 50 hectares. Não tendo ocorrido, ao longo da evolução histórica do município, qualquer ciclo econômico que conduziu à instalação de extensas propriedades, uma vez que as condições ambientais não eram favoráveis ao desenvolvimento das grandes lavouras tropicais, o espaço permaneceu pouco ocupado por estabelecimentos agropecuários. As áreas que foram apropriadas correspondem sobretudo aos trechos de relevo menos acidentado, onde já se haviam instalado, no passado, grupos de pequenos e médios produtores e onde vem ocorrendo, nas últimas décadas, um fracionamento de unidades produtoras, associado à expansão dos sítios de lazer na zona serrana e, ainda, à implantação de unidades de produção agropecuária como forma de investimento realizado por pessoas de origem urbana.

O processo de fragmentação da malha fundiária, contudo, é mais intenso na Região Metropolitana, podendo-se verificar que, no Município do Rio de Janeiro, o parcelamento das terras na periferia urbana conduziu ao desaparecimento de unidades produtoras de dimensão igual ou superior a 500 hectares. Por outro lado, observa-se uma verdadeira pulverização do espaço agrário no extremo inferior da distribuição fundiária, no qual as unidades de tamanho inferior a 5 hectares perfazem 70% do número total dos estabelecimentos agropecuários, enquanto aquelas de menos de 2 hectares correspondem a 45% desse número. Esse elevado índice de fracionamento não significa, todavia, que a produção do município seja insignificante no contexto da produção agrícola estadual, como foi possível constatar através do valor da produção registrado em 1980, que coloca o Rio de Janeiro em quarto lugar entre os municípios fluminenses.

Relações de Produção

Ao se analisar a estrutura fundiária diferenciada que se observa no estado,

procurou-se ressaltar que essa estrutura resulta de um processo de evolução histórica marcado por sucessivas alterações na organização espacial das atividades agrárias e, por consequência, nas características da malha fundiária. Tal análise deixou entrever particularidades regionais quanto às relações de produção, uma vez que a estrutura fundiária dificilmente pode ser compreendida sem que se tenham em conta não só as atividades agrárias desenvolvidas nos estabelecimentos incluídos nos diversos estratos fundiários, mas também a condição dos responsáveis por esses estabelecimentos, que se inserem de maneira diferenciada no processo produtivo — como proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes. Considerando que a distribuição espacial dessas diferentes categorias de produtores poderia fornecer indicações valiosas quanto à organização do processo produtivo no espaço agrário fluminense, procedeu-se à análise dos percentuais de cada uma dessas categorias no número total de produtores rurais dos municípios — o que permitiu identificar padrões de distribuição espacial bastante diferenciados.

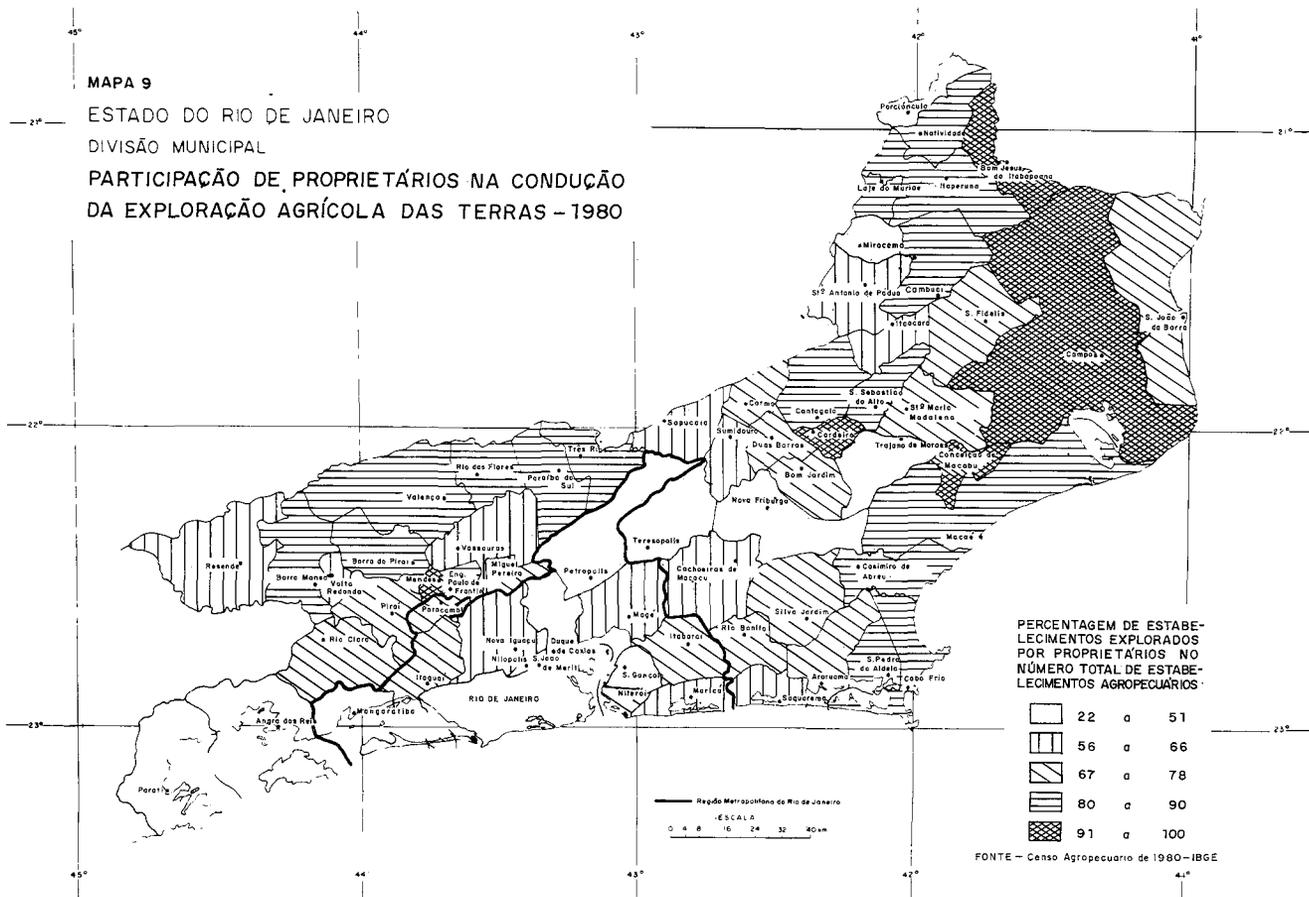
Embora os proprietários se constituam numa categoria que apresenta generalizada preponderância numérica, correspondendo, em grande parte dos municípios, a mais de 50% dos produtores rurais, têm uma predominância mais acentuada no norte fluminense, no litoral oriental e no vale do Paraíba — onde atingem, em geral, 80% ou mais do número total de produtores (Mapa 9). Tais regiões se caracterizam por um elevado grau de ocupação das terras, como se pode constatar através da tabela que expressa o percentual da área dos estabelecimentos agropecuários sobre a área total dos municípios (Tabela 3). Esse elevado grau de ocupação se deve, sobretudo, ao fato de que, ao longo de sua evolução histórica, as referidas regiões passaram por um período em que foi intenso o movimento de apropriação de terras visando à introdução de lavouras de alto valor comercial, como as da cana-de-açúcar e do café, que conduziram à ocupação de grande parte de seu território por propriedades rurais voltadas para a produção mercantil. Embora apenas na Região de Campos a grande lavoura tenha permanecido até os dias atuais como atividade preponderante — uma vez que

MAPA 9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL

PARTICIPAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS NA CONDUÇÃO
DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS - 1980



PERCENTAGEM DE ESTABE-
LECIMENTOS EXPLORADOS
POR PROPRIETÁRIOS NO
NÚMERO TOTAL DE ESTABE-
LECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

- 22 a 51
- 56 a 66
- 67 a 78
- 80 a 90
- 91 a 100

FONTE - Censo Agropecuario de 1980 - IBGE

nas demais áreas a pecuária passou a dominar o espaço agrário —, as relações de produção, em todas as regiões mencionadas, guardaram como característica comum a importância da participação dos proprietários na condução do processo produtivo.

Apesar de ser entre os estabelecimentos explorados por proprietários que se encontram, geralmente, as grandes unidades produtoras, verifica-se, também, a presença significativa de médias e pequenas propriedades nas áreas que vêm sendo focalizadas. A grande diversidade dos tamanhos de propriedades é digna de nota, sobretudo, na região açucareira do norte fluminense, onde a gama de estabelecimentos explorados por proprietários inclui desde as grandes unidades produtoras, algumas das quais com características de empresas agroindustriais, até as unidades muito pequenas, exploradas basicamente através do trabalho familiar. Nestas pequenas unidades, embora o produtor seja dono das terras, não detém completo controle do processo produtivo, uma vez que, na época da colheita da cana, esta tarefa é realizada por "turmas" de trabalhadores que trabalham para as usinas, percorrendo diversas unidades produtoras. O próprio pequeno proprietário e sua família geralmente passam a fazer parte da "turma" de trabalhadores que realizam a colheita, adquirindo, temporariamente, a condição de assalariados. O recurso ao assalariamento temporário, quer adquirindo essas características peculiares à zona canavieira, quer assumindo outras feições específicas, constitui-se numa das formas de viabilizar a manutenção das pequenas unidades produtoras, mesmo em regiões que se caracterizam por maior avanço da produção realizada em moldes capitalistas.

As formas de inserção dos pequenos produtores na organização da agricultura estadual são, entretanto, bastante diversificadas, incluindo não apenas a participação de pequenos proprietários no processo produtivo, mas também, a de ocupantes, parceiros e arrendatários — que embora não sejam segmentos constituídos, exclusivamente, por pequenos produtores — apresentam um amplo predomínio dos mesmos. Sendo diferentes as condições sócio-econômicas que favorecem a participação dessas diversas categorias de agricultores no processo

produtivo, sua distribuição espacial apresenta, também, diferenças marcantes.

Os ocupantes atingem grande expressividade numérica em áreas pouco disputadas para a produção agropecuária realizada em grande escala e com maior disponibilidade de recursos financeiros. Em algumas dessas áreas (Mapa 10), as atividades agropecuárias perderam importância à medida que prosseguia o processo de urbanização ou a expansão de loteamentos junto à orla marítima, concorrendo para que os proprietários rurais perdessem o interesse na exploração de suas terras e, ao mantê-las apenas na expectativa de sua valorização, criassem brechas para a instalação de ocupantes. Nesse caso encontram-se alguns municípios da região dos lagos e, sobretudo, da Região Metropolitana, em que a produção em pequena escala é realizada com vistas ao fornecimento para o mercado urbano ou à própria subsistência do produtor e de sua família.

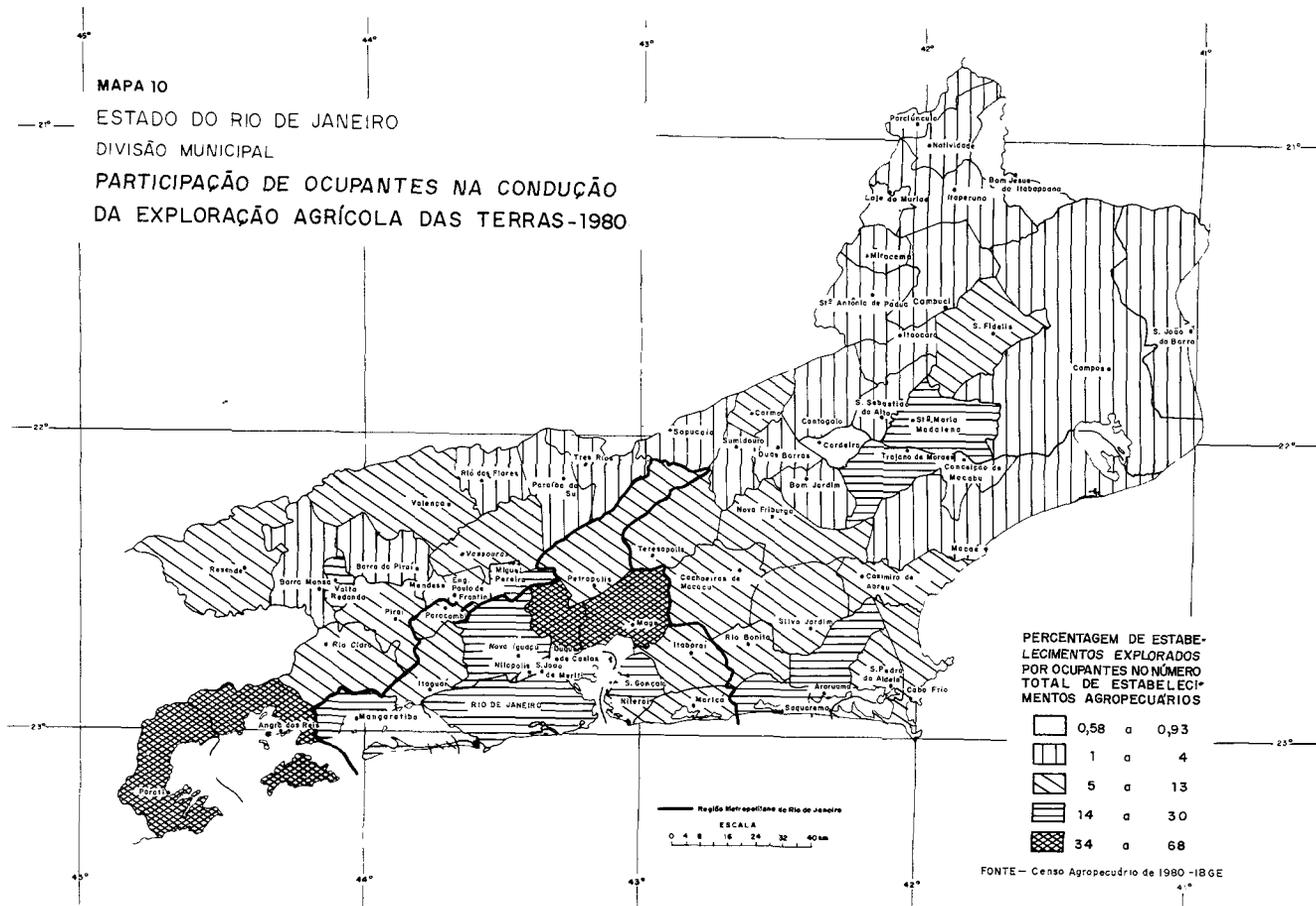
A ocorrência de ocupantes é significativa, também, em áreas nas quais nunca se verificou grande expansão de lavouras comerciais, caracterizando-se pela presença de trechos de relevo acidentado e, ainda, por uma infra-estrutura de transportes que permaneceu bastante precária, pelo menos até o início da década de 70. Tal é a situação dos Municípios de Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, que participaram apenas de maneira marginal dos ciclos de grandes lavouras que se desenvolveram nas áreas circunvizinhas, mantendo, assim, espaços disponíveis onde foi possível a instalação de ocupantes — parte dos quais proveniente da baixada de Goitacazes, da qual se deslocaram à medida que se expandiu o cultivo da cana-de-açúcar. Também no litoral sul do estado, a escassez de terras aproveitáveis para lavouras praticadas em grande escala, associada às condições de acessibilidade precária, contribuíram para a permanência de um estoque de terras devolutas, nas quais se tornou viável a instalação de ocupantes, que atualmente são os principais responsáveis pela produção agrícola que aí se desenvolve.

Os municípios que se destacam pela ocorrência mais frequente de arrendatários encontram-se basicamente em regiões fluminenses que se caracterizam pela importância do processo de urbanização, abrigando cidades que se loca-

MAPA 10

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO MUNICIPAL

PARTICIPAÇÃO DE OCUPANTES NA CONDUÇÃO
DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS-1980



lizam ao longo de importantes eixos viários (como as rodovias Rio—São Paulo, Rio—Bahia e BR-101) e se salientam na hierarquia urbana estadual (Mapa 11).

Nessas regiões, a expectativa de valorização dos imóveis contribui para que haja interesse na manutenção das propriedades rurais ou mesmo na aquisição de terras por pessoas que não tencionam explorá-las diretamente. Entre esses proprietários rurais inclui-se um número significativo de pessoas que residem em áreas urbanas e cedem as terras em arrendamento, como forma de evitar que as mesmas permaneçam inexploradas.

Destaca-se, entre as áreas de concentração de arrendatários, o vale do Paraíba, onde são muito numerosos os municípios que apresentam elevada participação dessa categoria de produtores. A particularidade apresentada por essa região reside na ocorrência bastante generalizada de imóveis que pertencem a famílias tradicionais de proprietários em que, as gerações de cafeicultores, sucessoras de gerações que frequentemente se dedicam a profissões liberais e residem em cidades. Esses proprietários, não desejando alienar suas terras, nelas desenvolvem sobretudo a pecuária extensiva, cujo gerenciamento é mais simples que o das atividades de lavoura, recorrendo ao arrendamento sobretudo como forma de promover a renovação das pastagens. Os contratos de arrendamento geralmente prevêem a prática de atividades de lavoura durante alguns anos e a entrega das terras ao proprietário com pastagens formadas.

No que concerne ao arrendatário, a vantagem apresentada pelo sistema de arrendamento é tornar viável a exploração agrícola sem a realização de investimento em terras. Embora seja um sistema utilizado com maior frequência por agricultores que se incluem na categoria dos produtores "sem-terra", por não disporem de recursos suficientes para adquiri-las, é utilizado também por fazendeiros que desejam ampliar a área de sua exploração sem recorrerem à aquisição de novas terras.

A presença mais significativa de parceiros geralmente se verifica em municípios onde assumem importância atividades de lavoura que, apesar de realizadas sobretudo em estabelecimentos

que não atingem grandes dimensões, exigem mão-de-obra numerosa, tais como a produção de olerícolas, os cultivos alimentares básicos ou, mesmo, a produção de café. Nesses municípios, que se encontram, em sua maioria, na zona serrana e no noroeste fluminense (Mapa 12), os contratos de parceira constituem uma fórmula através da qual os proprietários transferem aos parceiros a incumbência de arregimentar a mão-de-obra temporária. Dessa forma, fica assegurada a continuidade dos trabalhos de lavoura, através de uma combinação de trabalho fixo — representado pela atividade desenvolvida pelo parceiro e por sua família — e de trabalho temporário, desenvolvido pelos empregados contratados pelo parceiro. Essa fórmula se afigura conveniente para os proprietários, dada a dificuldade de contratação de mão-de-obra que frequentemente se verifica no estado; por outro lado, permite que pequenos agricultores tenham acesso à terra, ainda que de maneira precária, através de contratos que lhes asseguram a exploração agrícola apenas por alguns anos.

Deve-se mencionar, ainda, o fato de que a relação de parceria assume aspectos bastante diversificados, sobretudo quanto ao grau de autonomia que têm os parceiros no processo de exploração agrícola. Assim, nas regiões que vêm sendo apontadas como as de maior concentração de parceiros produtores — portanto responsáveis pela exploração dos estabelecimentos rurais — há também uma presença significativa de parceiros-empregados, tal como se pode constatar através da análise da composição do pessoal ocupado na agricultura.

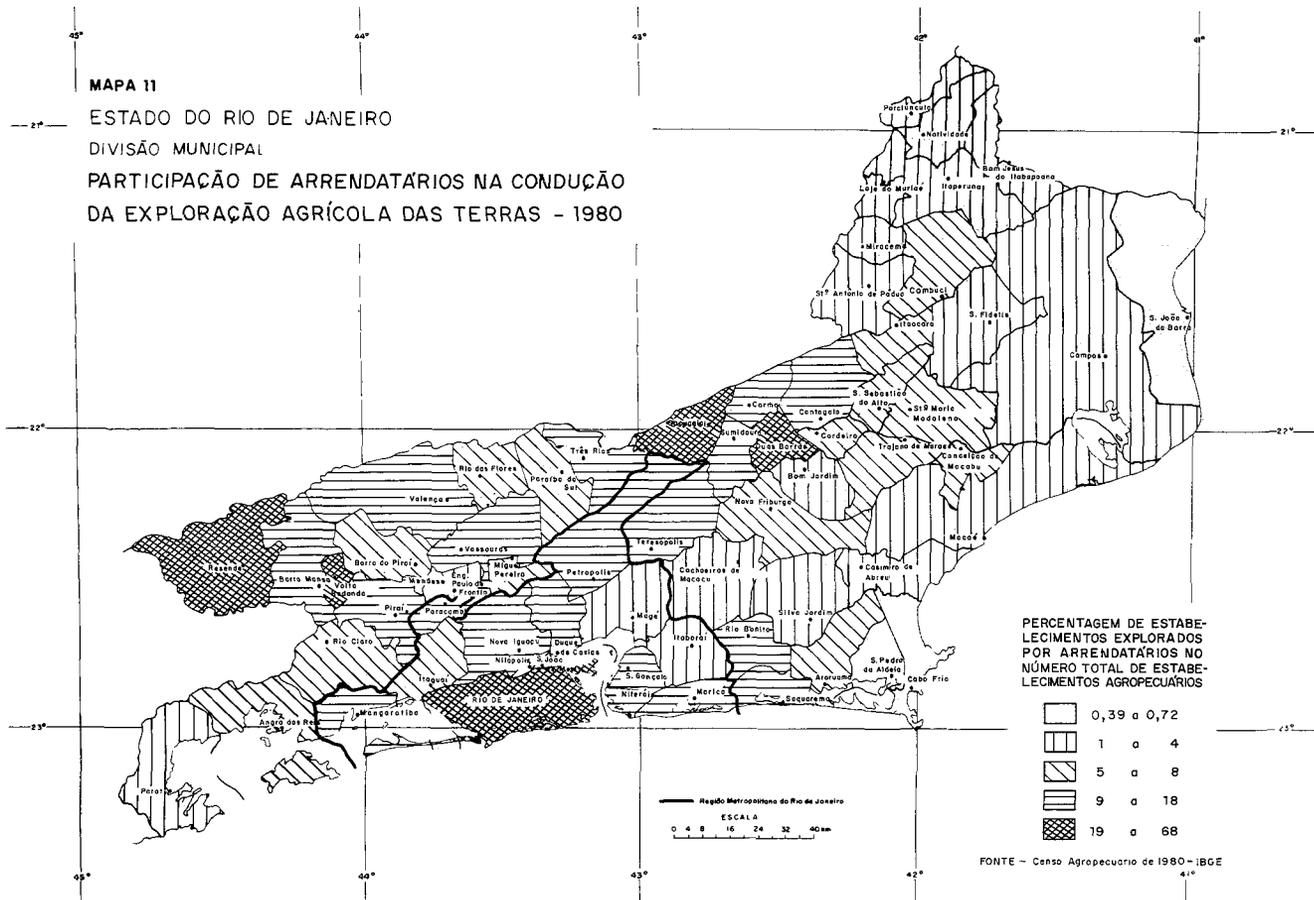
A importância da pequena produção no Estado do Rio de Janeiro pode ser constatada não somente através do papel representado pelos pequenos produtores no conjunto de responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, mas também pela relevância que assume o trabalho familiar, quando se considera a composição do contingente global de pessoas ocupadas na agricultura.

Na grande maioria dos municípios fluminenses, a categoria de agricultores que predomina numericamente é aquela identificada no levantamento censitário como a dos "responsáveis e membros não remunerados da família" (Mapa 13). Mesmo na região açucareira do nordeste flumi-

MAPA 11

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

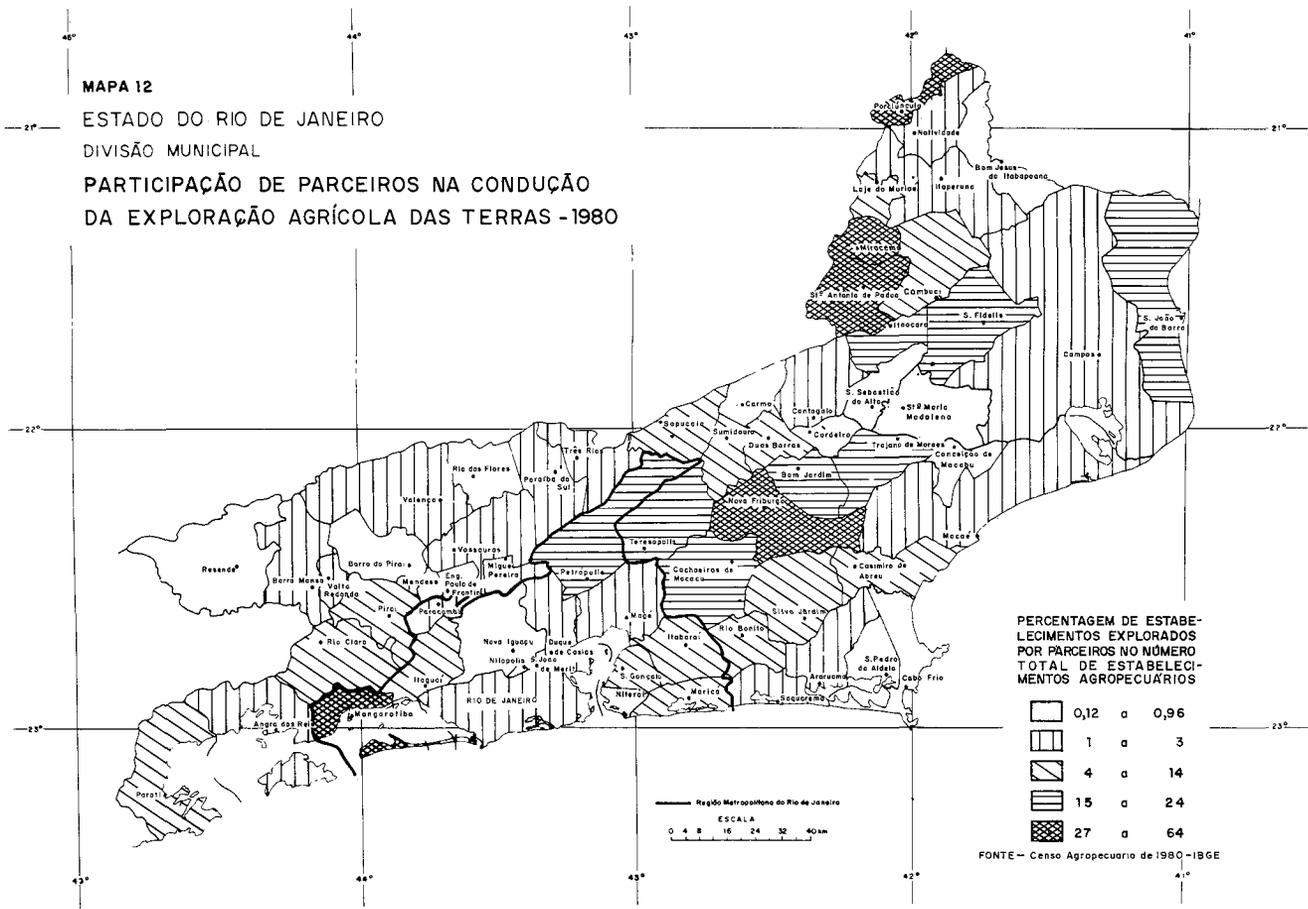
DIVISÃO MUNICIPAL

PARTICIPAÇÃO DE ARRENDATÁRIOS NA CONDUÇÃO
DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS - 1980

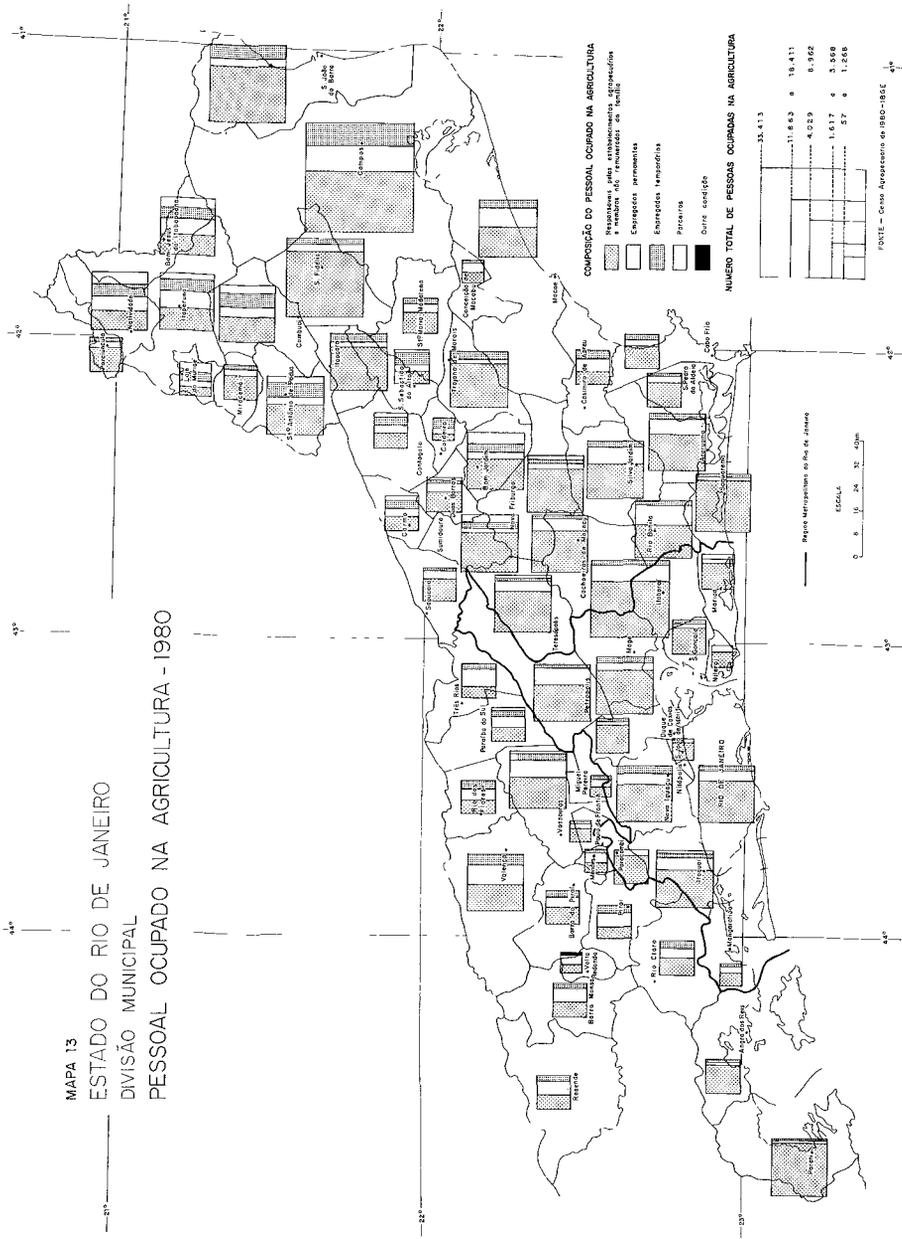
MAPA 12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL

PARTICIPAÇÃO DE PARCEIROS NA CONDUÇÃO
DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS - 1980

MAPA 13
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 DIVISÃO MUNICIPAL
 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA - 1980



nense, onde é mais significativo o processo de mecanização dos trabalhos agrícolas, que geralmente ocorre acompanhado do aumento do número de assalariados, o trabalho familiar assume papel de destaque. Em que pese as limitações dos dados censitários que, se referindo a uma data não representativa do momento de pico no emprego de assalariados temporários⁸, conduzem a uma subestimação do número desses empregados e, conseqüentemente, a uma superestimação do papel desempenhado pelo trabalho familiar, permanece como fato a ser ressaltado o elevado número absoluto de agricultores incluídos na categoria de responsáveis e membros não-remunerados da família. Esse número elevado relaciona-se, sobretudo, à ocorrência, já mencionada, de grande contingente de pequenos produtores que participam do fornecimento de cana-de-açúcar às usinas.

Ao se buscar identificar as áreas do território fluminense em que se verificam os mais elevados percentuais de cada uma das categorias de pessoal ocupado na agricultura, constata-se que a mão-de-obra familiar assume particular importância nas áreas que se caracterizam pelo predomínio de estabelecimentos explorados por ocupantes, incluindo os Municípios de Parati, Angra dos Reis, Saquarema, São João de Meriti (Mapa 12); tal importância se relaciona ao fato de que os ocupantes constituem uma categoria de produtores rurais que desenvolvem seu trabalho apenas com a ajuda da família. A presença de empregados-parceiros é ponderável no nordeste do estado, em municípios próximos aos que foram apontados como sendo os de maior concentração de produtores-parceiros; os fatores que concorrem para a ocorrência de uns e de outros parecem ser semelhantes, como são semelhantes os papéis que desempenham cada um desses grupos de agricultores, que se distinguem apenas pelo grau de autonomia no desempenho das atividades agrárias.

A ocorrência mais significativa de empregados permanentes se verifica em

municípios onde a importância da pecuária bovina se revela, tanto através de sua participação na composição do valor de produção agropecuária quanto através do predomínio das pastagens entre as formas de utilização das terras; nesses municípios que se localizam sobretudo no vale do Paraíba, a sazonalidade do emprego em trabalhos agrários é atenuada pela presença da criação de bovinos que, exigindo cuidados de manejo no decorrer de todo o ano, conduz os produtores a contratarem trabalhadores permanentes. Os estabelecimentos pecuaristas, contudo, empregam também assalariados temporários para a realização de tarefas, tais como a conservação dos pastos e a manutenção das cercas, o que concorre para as áreas pecuaristas apresentarem percentuais expressivos de trabalhadores temporários; no noroeste fluminense, contudo, onde não é tão acentuada a preponderância da pecuária, a importância do trabalho temporário prende-se, em parte, aos cultivos do café e do arroz, cuja exigência de mão-de-obra se concentra em determinados períodos do ciclo produtivo.

Quanto ao número total de pessoas absorvidas pelas atividades agrárias salienta-se, em particular, a zona açucareira do nordeste fluminense, onde as extensas áreas cultivadas concorrem para que seja mobilizado um grande contingente de agricultores. Esse contingente torna-se particularmente elevado no momento de pico dos trabalhos de colheita, quando, só no Município de Campos, cerca de 30 000 empregados temporários são contratados para trabalhar nos canaviais⁹; durante a entressafra, o número de assalariados temporários reduz-se para aproximadamente um terço do número registrado na época de maior demanda de mão-de-obra. Dessa forma, aparece com contornos bastante graves, na zona açucareira, o problema da sazonalidade do emprego na agricultura, constatando-se, durante a entressafra, um movimento de trabalhadores que buscam oportunidades de emprego em áreas urbanas, freqüentemente deslocando-se para cidades distantes como Niterói ou Rio de Janeiro.

⁸ O levantamento censitário refere-se a 31-12-80, que corresponde ao final do período de safra na região açucareira de Campos, o qual se estende de junho a dezembro.

⁹ As informações sobre o trabalho temporário foram obtidas junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos.

PROBLEMAS RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Se, numa caracterização geral da agricultura do Estado do Rio de Janeiro, emergiram como aspectos fundamentais a falta de dinamismo do setor agrário e os problemas decorrentes do processo de especulação fundiária, numa análise realizada em âmbito municipal constatou-se uma diferenciação bastante acentuada nas características do espaço agrário, oferecendo elementos complementares à compreensão das questões relacionadas à agricultura fluminense e ao papel que nela desempenham as diversas regiões.

Indicadores referentes à área ocupada por estabelecimentos agropecuários, à proporção de terras cultivadas na área total desses estabelecimentos e à lotação das pastagens deixaram patente que, em extensas áreas do estado, é bastante baixo o nível de aproveitamento do espaço agrário. Não obstante, verificou-se que alguns dos municípios caracterizados por baixos índices de aproveitamento das terras apresentam valor da produção agropecuária relativamente elevado, dada a especialização de pequenas porções do território municipal na produção agrícola de alto valor comercial, realizada geralmente através de investimento intensivo de trabalho. Incluem-se nesse caso municípios da Região Metropolitana, como o de Petrópolis, cuja produção, marcadamente voltada para os setores avícola e olerícola, vinculados ao abastecimento do Grande Rio, concorre para que apresente valor da produção agropecuária por hectare superior ao de Campos — onde grande parte do espaço agrário é ocupado por canais cultivados com emprego de máquinas e insumos modernos.

A análise dos dados relativos ao número e à área dos estabelecimentos agropecuários revelou diferenças bastante nítidas entre as diversas regiões do estado, quanto à malha fundiária, que resulta do processo de apropriação e subdivisão das terras ao longo da evolução histórica regional. Os municípios que se destacaram pelo número muito elevado de pequenas unidades de exploração localizam-se, quer em torno das áreas mais

urbanizadas, onde tem sido intenso o processo de subdivisão das terras, quer em áreas marginais quanto à produção agropecuária mais rentável, nas quais os pequenos produtores encontram espaço para se instalar — como São João da Barra, Parati e Angra dos Reis. Já os municípios que se destacam pela presença de estabelecimentos de dimensões muito grandes, encontram-se em áreas onde a exploração agrária vinha se caracterizando pela extensividade dos sistemas agrícolas e onde se verificou, recentemente, uma reativação do mercado de terras, sob o estímulo da valorização propiciada por investimentos governamentais; nesse caso se incluem os municípios do litoral sul, cortados pela BR-101, bem como os Municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio, atravessados pela mesma estrada e também beneficiados por obras de saneamento realizadas pelo DNOS.

A presença simultânea, no litoral sul, de elevado número de pequenos estabelecimentos e de unidades de exploração de grandes dimensões, ocupando parcela ponderável do espaço agrário, faz com que, nessa região fluminense, se verifiquem os mais elevados índices de concentração fundiária, contribuindo para que aí se venha constatando, nos últimos anos, uma ocorrência muito generalizada de conflitos em torno da posse da terra.

Diferenças significativas do espaço agrário foram detectadas, também, quanto às relações de produção, focalizadas através de indicadores referentes à participação das diferentes categorias de produtores na condução do processo produtivo e à composição do pessoal ocupado na agricultura. Embora haja um predomínio generalizado de produtores-proprietários em todo o estado, esse predomínio se revelou mais acentuado em áreas que, ao longo de sua evolução histórica, passaram por períodos em que foi intenso o movimento de apropriação de terras visando ao cultivo de produtos de alto valor comercial, como o da cana-de-açúcar no nordeste fluminense e o do café no vale do Paraíba. Nessas áreas, a presença de proprietários envolvidos diretamente na exploração agrícola permaneceu como característica fundamental, não obstante as crises que afetaram as grandes lavouras e que, no vale do Pa-

raiba, praticamente extinguíram a produção cafeeira, durante longo tempo

Quanto aos diferentes grupos de produtores não-proprietários, foi possível, através da análise dos respectivos padrões de distribuição espacial, extrair elementos que contribuíram para a compreensão das condições sócio-econômicas que favoreceram a ocorrência de cada uma das categorias desses produtores. Tais elementos indicam que os parceiros encontram maiores possibilidades de inserção no processo produtivo nas áreas em que os proprietários, tendo interesse em desenvolver atividades de lavoura que requerem mão-de-obra numerosa — como é o caso da produção de olerícolas, de alimentos básicos e de café — recorrem aos parceiros como elementos fixos e experientes que tomam a si o encargo de arremeter os trabalhadores temporários que se fazem necessários à produção agrícola. Enquanto isso, os arrendatários encontram oportunidade de se instalar sobretudo em áreas onde a expectativa de valorização das terras é um dos principais fatores que conduzem os fazendeiros a manter suas propriedades rurais; não se sentindo motivados a explorar diretamente suas terras, esses fazendeiros recorrem aos arrendatários como elementos que permitem evitar a ociosidade das mesmas. Já os ocupantes se inserem no processo produtivo apenas em áreas marginalizadas quanto à produção mais rentável, em decorrência de condições de acessibilidade precária ou de características ambientais pouco propícias à lavoura ou, ainda, em áreas não urbanizadas da Região Metropolitana, em que se verifica o completo desinteresse de alguns proprietários em se envolver na exploração agrícola, uma vez que retêm suas terras somente na expectativa de que atinjam valorização mais acentuada.

Essas conclusões, extraídas da interpretação de dados referentes aos municípios fluminenses, basearam-se num corte representativo da organização agrária do estado no ano de 1980. Tendo em vista, entretanto, o caráter essencialmente cambiante dessa organização, cabe desenvolver algumas considerações finais em que se focalizem processos rela-

cionados à organização da agricultura, ressaltando-se sobretudo as articulações que se estabelecem entre o setor agrário e o setor urbano fluminenses e influem nas transformações que se processam na área rural do estado.

Tem sido particularmente destacado o papel da cidade do Rio de Janeiro que, a partir do Século XVIII, vem influenciando de modo marcante a evolução do setor agropecuário estadual. Numa primeira fase, que se estendeu até as primeiras décadas do Século XX, essa metrópole atuou basicamente como pólo dinamizador do setor rural, contribuindo para que a agricultura do estado atingisse projeção máxima no País durante a expansão cafeeira no vale do Paraíba. Na fase mais recente, bem caracterizada a partir da década de 50, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu formas de articulação bem mais complexas com o meio rural fluminense, verificando-se, inclusive, a importância de sua atuação no sentido do esvaziamento da agricultura e do agravamento das questões sociais no campo.

O processo de valorização das terras associado à expansão do Grande Rio tem tido papel muito significativo nas transformações que se vêm operando no meio rural fluminense, particularmente nas últimas décadas. Essa valorização torna, em certas áreas, o preço das terras pouco compatível com a prática da agricultura realizada com perspectiva de continuidade, a não ser que seja desenvolvida através de formas de exploração caracterizadas por alta rentabilidade. A pequena produção persiste, é verdade, mesmo no Município do Rio de Janeiro, onde se constata o valor médio das terras mais elevado do País¹⁰, mas é aí desenvolvida freqüentemente por produtores-ocupantes e assume caráter provisório, mantendo-se apenas enquanto os proprietários aguardam momento oportuno para a venda das terras.

Essa pequena produção tende a se desarticular à medida que avança o processo de loteamento em torno do Grande Rio e mesmo em outras regiões fluminenses. Tal processo adquiriu grande velocidade e extensão em consequência não só do rápido crescimento da cidade,

¹⁰ Segundo indicador extraído do Censo Agropecuário e referente ao valor dos bens em terras por hectare de estabelecimento agropecuário.

requisitando novos espaços construídos, mas também em decorrência da exploração de áreas de veraneio, como a região dos lagos e a região serrana. Nessas áreas, os loteamentos, que visam sobretudo à construção da segunda residência por famílias do Grande Rio ou mesmo de diferentes regiões do estado ou do País, progrediram associados à intensificação das articulações rodoviárias decorrentes do desenvolvimento da indústria automobilística e da rede viária no Território Nacional Contribuiu, ainda, de forma ponderável, para a expansão dos loteamentos, o contexto sócio-econômico marcado pelos altos índices de inflação, no qual a aquisição de imóveis se reafirma como investimento seguro e rentável, realimentando o processo de valorização das terras

Se esse processo de valorização é mais intenso no Grande Rio e na zona litorânea, onde mais se desenvolvem os loteamentos, adquire relevância, também, em outras áreas do estado, criando uma expectativa de valorização que tem rebatimentos importantes na agricultura fluminense. Tal expectativa é um importante fator do baixo nível de aproveitamento das terras, uma vez que concorre para a aquisição ou manutenção de propriedades rurais com o objetivo fundamental de reserva de valor. Nessas propriedades, em que a exploração agropecuária assume caráter secundário, surge frequentemente a pecuária extensiva como forma predominante de utilização das terras

Assim, os processos de urbanização e de valorização das terras têm papel importante no sentido de conferir especificidades à questão agrária do Rio de Janeiro, muito embora se reproduzam no âmbito do estado processos inerentes à evolução recente da agricultura brasileira considerada em escala mais ampla.

No que se refere ao processo de penetração capitalista na zona rural, embora o Rio de Janeiro tenha ficado marginalizado das amplas transformações que vêm ocorrendo na agricultura do Centro-sul, apresentou a partir dos anos 70, a expansão de atividades praticadas com emprego de tecnologia moderna, imprimindo dinamismo a algumas áreas e setores específicos da agropecuária do estado. Salientam-se, entre essas atividades, a cafeicultura que vem sendo reintroduzida em antigas áreas cafeeiras;

a rizicultura, que se tem expandido no noroeste fluminense e na bacia do rio São João; a cultura da seringueira, que foi introduzida no norte fluminense, onde as plantações têm sido estimuladas pela SUDHEVEA; a criação de bovinos, que se vem aprimorando especialmente em municípios localizados na Região Metropolitana ou em suas proximidades

Uma série de outras iniciativas tem surgido, também, no setor agropecuário fluminense, buscando atender a um mercado crescentemente diversificado e exigente, que cria oportunidades para a especialização de estabelecimentos rurais em atividades caracterizadas por certo nível de sofisticação, como a cultura da uva, a criação de cavalos de raça e pôneis, a criação de pequenos animais — a exemplo dos coelhos, rãs e camarões. O desenvolvimento dessas atividades vem sendo propiciado não só pelo estímulo de mercado, mas também, pela atuação de profissionais liberais e empresários de origem urbana, que se lançam à aquisição de propriedades, sobretudo em áreas próximas ao Grande Rio

Entretanto, em diversas áreas do território fluminense, a penetração de capitais urbanos na zona rural vem ocorrendo sem que se produza qualquer transformação significativa em termos de introdução de processos produtivos modernizados, uma vez que a apropriação das terras é realizada com vistas a futuros empreendimentos turísticos ou simplesmente à reserva de valor. No litoral sul, por exemplo, a melhoria da acessibilidade viária foi acompanhada pela apropriação de extensas áreas por grupos empresariais, sem que nelas tenha sido implantado qualquer empreendimento agropecuário de vulto. O processo tem sido diferente, portanto, do que ocorreu nas áreas de fronteira agrícola externa do País, onde a melhoria da acessibilidade foi acompanhada pela instalação de grandes projetos agropecuários, ainda que frequentemente voltados para a criação extensiva. As condições peculiares de posição do litoral sul — próximo à Região Metropolitana e encravado numa área de grandes possibilidades de aproveitamento turístico — contribuiu para o caráter especulativo dos empreendimentos que surgiram nesse trecho do estado

O processo de penetração capitalista nas áreas rurais fluminenses tem sido

freqüentemente acompanhado pelo processo de concentração fundiária, quer através da aglutinação de áreas de poses, como vem ocorrendo no litoral sul, quer através da aglutinação de propriedades menores ou do arrendamento de extensas áreas para aproveitamento agropecuário, como se tem verificado no vale do São João Dessa forma, repetiu-se, no âmbito do Rio de Janeiro, o processo de concentração que foi um dos traços fundamentais da evolução da agricultura brasileira durante as últimas décadas, verificando-se no estado que a proporção de estabelecimentos de menos de 10 hectares se elevou de 54%, em 1970, para 61%, em 1985; enquanto isso, passava de 0,70% para 2,07% a participação das unidades de dimensão igual ou superior a 10 000 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários

Tal processo tem implicações bastante graves, uma vez que se verifica nas proximidades de uma das maiores metrópoles do País, limitando o acesso de pequenos produtores de gêneros alimentícios às terras agricultáveis e contribuindo para alimentar o êxodo rural para a periferia do Grande Rio, já congestionada e carente de infra-estrutura.

Assim, os processos de penetração capitalista e de concentração fundiária têm conseqüências importantes no sentido de perpetuar ou agravar as tensões em torno da posse da terra, que têm marcado a evolução da organização agrária no Estado do Rio de Janeiro Tem-se verificado apenas que as áreas de conflitos mais intensos vêm apresentando um deslocamento espacial que, em grandes linhas, acompanha o avanço da franja de loteamentos ou a implantação de obras governamentais nos setores viário e de saneamento — fatores que contribuem para a valorização das terras e para o acirramento das disputas pelas mesmas

É importante ressaltar, entretanto, que a atuação governamental sobre os processos que vêm sendo mencionados, evidentemente, não se restringe a medidas tais como a execução de obras rodoviárias ou de saneamento, que exercem

influência sobre as transformações que se verificam em determinados trechos do território fluminense

Diretrizes econômicas mais amplas e, sobretudo, medidas de política fiscal e creditícia vigentes no País durante as últimas décadas concorreram de maneira ponderável para que avançassem, no estado, os processos de concentração fundiária bem como de penetração de capitais urbanos e empresariais na zona rural — os quais se verificaram freqüentemente associados ao uso extensivo das terras O movimento de aquisição de imóveis rurais se desenvolveu, entre outros fatores, em decorrência da perspectiva vislumbrada pelos compradores de terras de pagarem taxas de Imposto de Renda inferiores àquelas que incidiriam sobre rendimentos provenientes de atividades não incluídas no setor agropecuário Quanto à influência do Imposto Territorial Rural sobre as formas de utilização das terras, verifica-se que sua arrecadação, da forma como tem-se processado, não vem concorrendo para o uso mais produtivo dos estabelecimentos agropecuários, viabilizando, ao contrário a persistência da exploração extensiva dos mesmos Por outro lado, a distribuição de crédito rural se realizou de tal maneira que levou, geralmente, os grandes estabelecimentos a receberem proporções de financiamento maiores em relação ao valor da produção agropecuária do que as pequenas unidades de exploração¹¹

Se as medidas de política econômica adotadas em âmbito federal tiveram grande importância no delineamento dos contornos da questão agrária do Rio de Janeiro, as medidas adotadas no âmbito da administração estadual e dos municípios também corroboraram para a persistência ou mesmo para o agravamento dos problemas relacionados à organização da agricultura fluminense Tem-se verificado no estado, sob influência do próprio grau de urbanização da população fluminense, uma orientação das esferas administrativas que privilegia a solução dos problemas urbanos, contribuindo para que a busca de soluções para os problemas relacionados ao espaço agrário permaneça em plano secundário Isto

¹¹ No Estado do Rio de Janeiro, segundo dados divulgados pelo IBASE, as propriedades de menos de 10 hectares receberam, em 1975, Cr\$ 10,00 de financiamento para cada Cr\$ 100,00 de produção agropecuária; já as propriedades de mais de 1000 hectares, receberam Cr\$ 16,00 para cada Cr\$ 100,00 de produção agropecuária

transparece através da exigüidade do orçamento da Secretaria de Agricultura que, em 1985, representava menos de 0,5% do orçamento global do estado

Embora o governo estadual tenha seu âmbito de atuação necessariamente restrito, uma vez que há medidas políticas que são definidas em âmbito federal, acredita-se que poderia desenvolver uma ação mais decisiva no setor agropecuário, cujas especificidades devem ser consideradas, visando ao melhor aproveitamento do potencial diversificado do território fluminense para a produção agropecuária. Algumas constatações realizadas neste trabalho reafirmam o potencial de certas áreas do estado para o desenvolvimento de atividades de alta densidade econômica — como a olericultura, o cultivo de frutas, a criação de pequenos animais ou de animais de raça —, que poderiam viabilizar no Rio de Janeiro uma produção agrícola com capacidade de competição com outros estados. Para o desenvolvimento de tais atividades, que têm revelado possibilidades de canalizar capitais de origem urbana, seria de particular relevância a implantação de uma infra-estrutura de transportes e de comercialização que permitisse o escoamento eficiente e rápido da produção em direção aos mercados consumidores.

O setor da agroindústria açucareira do nordeste fluminense, que, embora tenha grande peso na economia agrícola do Estado, se vem caracterizando há longo tempo pelo escasso dinamismo e pela perda de capacidade de competição no contexto nacional, deveria ser objeto de medidas que visassem ao aumento da produtividade, através da modernização do parque industrial e da difusão de transformações no processo de produção adotado na lavoura canavieira. Uma adequada aplicação de recursos nesse setor, contudo, deveria não só incluir rigorosa fiscalização da aplicação de financiamentos de origem governamental, como também, ter em conta a complexidade das relações de produção dominantes no setor canavieiro, de modo a atender às necessidades dos diferentes segmentos de produtores envolvidos na produção de cana-de-açúcar.

O cultivo de alimentos básicos, realizado fundamentalmente por pequenos produtores rurais, vem enfrentando o problema da diminuição da área disponível

para exploração por parte desse grupo de produtores. No período 1970-85, constataram-se decréscimos das áreas totais exploradas por arrendatários, parceiros e ocupantes, além de se ter verificado a diminuição da área média explorada por proprietários de estabelecimentos de menos de 10 hectares. Essas transformações não só tendem a causar impacto sobre a produção de alimentos básicos, como podem ter reflexos sobre outros setores da produção agropecuária, uma vez que os pequenos agricultores cultivam produtos bastante diversificados em seus próprios estabelecimentos e, ainda, com frequência, se assalariam em outros estabelecimentos maiores, voltados para lavouras como as da laranja, do café e da cana-de-açúcar.

Essa complexidade que caracteriza a organização da produção de alimentos básicos no território fluminense deve ser levada em consideração ao se buscarem medidas voltadas à promoção de seu desenvolvimento, de modo a permitir que as soluções a serem adotadas tenham possibilidade de atender às aspirações das diferentes categorias de agricultores envolvidos na produção direta dessas lavouras. Tais aspirações podem ser diversificadas, voltando-se para aspectos tais como: acesso à propriedade da terra, modificações nas formas usuais de contratos de parceria ou arrendamento, cumprimento dos contratos estabelecidos com os proprietários rurais. De modo geral, contudo, deve ser salientada a importância que podem ter, no sentido de proporcionar estímulo à produção alimentar, as diretrizes da política de governo voltadas a facilitar o acesso à terra, por parte dos pequenos produtores.

A questão relacionada às formas de se promover essa facilidade de acesso às terras agricultáveis se insere numa questão mais ampla, que escapa ao âmbito deste trabalho e que diz respeito à viabilização de um setor reformado no contexto da agricultura brasileira. Cabe ressaltar contudo que, além da democratização do acesso à terra, parece fundamental, para o funcionamento desse setor reformado, que se promova, também, a democratização do acesso ao crédito rural e à assistência técnica e, ainda, que se defina uma política de preços agrícolas que estimule a produção voltada para o mercado interno.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer Expropriação e luta dos camponeses fluminenses. *Boletim da Associação Brasileira da Reforma Agrária*: Vol 12, nº 2, pp 13-25, 1982
- *Lavoura branca para o gasto ou laranja para vender* Parte integrante do relatório da pesquisa Hábitos alimentares nas camadas de baixa renda Museu Nacional Rio de Janeiro, 1977
- BRAGA, Maria Christina de Almeida *Divergências em relação ao uso da terra: Estudo do Caso Trindade* Rio de Janeiro, 1982 Mimeo
- COSTA Couto, Ronaldo *As perspectivas do novo Estado do Rio de Janeiro* SECPLAN Outubro, 1976
- DAVIDOVICH, Fany Rachel Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro *Revista Brasileira de Geografia* — IBGE Rio de Janeiro, 48(2):333-371 1986
- O DESENVOLVIMENTO do Estado do Rio de Janeiro: Realizações, resultados e perspectivas SECPLAN Rio de Janeiro, 1978
- DIAGNÓSTICO do Estado do Rio de Janeiro CODERJ Niterói, 1970
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa Espaço rural em periferia metropolitana — os Municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, RJ *Conferências e Comunicações* Vol II 7º Encontro Nacional de Geografia Agrária Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Geociências Departamento de Geografia Belo Horizonte, pp 54-58 1986
- Rio de Janeiro — Contradições e ajustes de um espaço desigual *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, Vol '1, nº 3: 17-109 1986
- GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho *Estudos rurais da Baixada Fluminense* (1951-1953). Rio de Janeiro IBGE Conselho Nacional de Geografia Biblioteca Geográfica Brasileira Série A, Publicação nº 12 — 1956
- HAMMERLI, Sulamita Machado *A racionalização da produção canavieira na região açucareira de Campos e seus reflexos sobre a organização do espaço agrário* Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro, 1982
- NEVES, Delma Pessanha *Lavradores e Pequenos produtores de cana* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981
- TURNOWSKI, Salomon. A cafeicultura no Estado do Rio de Janeiro *Boletim da Conjuntura* Rio de Janeiro, SECPLAN, 2(7):20-28 1978
- VALVERDE, Orlando Geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro *Boletim Geográfico*, IBGE Rio de Janeiro, 16(145):520-528 1958

RESUMO

O trabalho se propõe fazer uma caracterização do espaço agrário fluminense, com base em dados censitários referentes a 1980, considerados a nível dos municípios São focalizados aspectos relacionados ao nível de aproveitamento das terras para atividades agropecuárias, ao volume e à composição da produção agrícola, à estrutura fundiária e às relações de produção na agricultura A análise de tais aspectos é precedida de uma introdução em que se considera a agricultura fluminense no contexto da organização agrária na Região Centro-sul do País, ressaltando a marginalização do Estado do Rio de Janeiro em relação ao processo de modernização que vem atingindo essa região nas últimas décadas Na etapa conclusiva do texto, salientam-se as articulações que se estabelecem entre o setor agrário e o setor urbano fluminenses, bem como a influência de medidas da política de governo sobre a evolução da agricultura do Estado do Rio de Janeiro